

Ministra Laurita Vaz aponta ato tenebroso

Para STJ, complô do PT afronta Justiça e tumultua o processo



Nas bancas toda quarta e sexta-feira



ANO XXVIII - Nº 3.649 13 a 17 de Julho de 2018



Gustavo Lima - STJ



“Plantonista ameaçou Juízo Federal de 1º grau e a autoridade policial”

A presidente do STJ, ministra Laurita Vaz, apontou que a tentativa do PT para soltar Lula, afrontando “todas as instâncias do Poder Judiciário” - através de um conluio em que um desembargador petista nomeado por Dilma, um certo Favreto, que dava um plantão de fim de semana, concedeu um habeas corpus - provocou um “tumulto processual sem precedentes na história do direito brasileiro”. A ministra classificou a tentativa de Favreto como “inusitada e teratológica, em flagrante desrespeito” às decisões da Justiça, inclusive do STJ e STF. **P. 3**

Gleisi mentiu em discurso sobre bacalhau, vinho, viagem de Moro
Já virou costume. **P. 3**

Superior Tribunal vê má-fé e nega 143 pedidos iguais de HC para Lula

AFP



Inglaterra perde e Copa vai ter Croácia x França na final

A Croácia derrotou a Inglaterra de virada por 2 a 1 na prorrogação e vai pegar a França na final da Copa da Rússia, domingo. Após a terceira prorrogação seguida, a seleção xadrez desta vez não precisou dos pênaltis para estar na primeira final da sua história. A outra finalista, a França, venceu a Bélgica na terça-feira, e chega à final após 12 anos. O duelo terá sabor de revanche: foi diante dos franceses que os croatas caíram nas semifinais de 98. **Página 5**

Na quarta-feira, a presidente do STJ negou 143 pedidos de habeas corpus para soltar Lula. Todos os pedidos eram iguais, impressos na mesma máquina, apenas com um retângulo em que, escrito a caneta, estavam os dados de identificação de cada solicitante. “O Poder Judiciário não pode ser utilizado como balcão de reivindicações ou manifestações de natureza política ou ideológico-partidárias. Não é essa sua missão constitucional”, disse a ministra em sua decisão. **Pág. 3**

Procuradora-Geral Raquel Dodge considera que Favreto cometeu “ato ilícito praticado dolosamente”

A Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, pediu ao STJ, nesta quarta-feira, a abertura de inquérito contra o desembargador Rogério Favreto, do TRF-4, por crime de prevaricação. Para Dodge, o pedido de Habeas Corpus para Lula foi “ato orquestrado meticulosamente para, em detrimento da lei vigente, alcançar a soltura do réu, que havia sido negada pelas vias processuais lícitas e competentes”. E a atitude de Favreto “apresenta elementos de ato ilícito praticado dolosamente com o objetivo de satisfação de sentimentos e objetivos pessoais, tipificado pela lei penal”. **Página 3**

Caminhoneiros aprovam preço mínimo do frete no Congresso

A Câmara dos Deputados e, em seguida, o Senado aprovaram nesta quarta-feira, 11, a Medida Provisória (MP 832) que define o preço mínimo para o frete rodoviário. A medida fez parte do acordo para encerrar a greve dos caminhoneiros. Fica faltando a prometida redução de R\$ 0,46 no diesel. **Página 5**



No portal HORA DO POVO você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira:



www.horadopovo.org.br

Gasolina atinge o maior valor desde maio, após o 10º aumento seguido

Segundo a ANP, o preço médio da gasolina nas bombas subiu quase 10% no primeiro semestre, mais que o dobro da inflação esperada para o ano. **P. 2**



AFP

Livres, enfim!

A Tailândia e o mundo celebraram o resgate dos 12 meninos do time de futebol ‘Javalis Selvagens’ e seu treinador da caverna alagada de Tham Luang, no norte do país, após uma operação de salvamento de altíssimo risco, que envolveu 90 mergulhadores e com quase mil pessoas no apoio da operação, muitos deles voluntários, encerrando uma saga de 17 dias. Todos agora estão sob cuidados médicos no hospital central de Chiang Rai. **Página 7**

Greve geral no Haiti contra aumento dos combustíveis

Gasolina volta a subir e preço é o maior desde 23 de maio



Temer mantém política de reajuste diários no preço da gasolina

Juiz federal suspende edital do BNDES que visava "modelar" privatização da Eletrobrás

O juiz Fernando Caldas Bivar Neto, da 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, concedeu liminar na terça-feira (10) suspendendo o pregão do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para contratar consultoria sobre definição do modelo de privatização da Eletrobrás.

Conforme a liminar, a Eletrobrás não pode ser incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), sem mudança na legislação, devido a impedimento de lei de 2007, que impedia a privatização da estatal.

A Medida Provisória 814/2017, que tratava da matéria, perdeu a validade, voltando a estatal a ficar sob a legislação anterior que impede sua privatização.

No início do ano, Temer assinou um projeto de lei para privatizar a Eletrobrás e encontrou forte resistência a à venda da estatal, inclusive na própria base governista. O projeto está parado nas comissões.

O governo vem tentando burlar a legislação para entregar a Eletrobrás. De acordo com o juiz, "Não é difícil imaginar, por exemplo, diante de tema de tamanha controvérsia no Congresso Nacional, que a questão relativa à inclusão da Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização se-



quer seja aprovada".

O juiz citou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, no âmbito da ADI nº 5.624/DF, que determinou que a venda de empresas estatais tenha que, necessariamente, ser apreciada pelo Congresso Nacional.

DISTRIBUIDORAS

Impedido de privatizar a Holding da Eletrobrás, em junho deste ano, Temer decidiu faturar a estatal e vendê-la por partes. Ele investiu contra as distribuidoras da Eletrobrás, enviando o projeto de lei PL 10.332/18 à Câmara dos Deputados para vendê-las.

O projeto de priva-

tização de seis distribuidoras que atuam no Norte e Nordeste do país: Amazonas Energia; Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron); Companhia de Eletricidade do Acre (Eletraoacre); Companhia Energética de Alagoas (Ceal); Companhia de Energia do Piauí (Cepisa); e Boa Vista Energia (Roraima) foi aprovado na terça-feira (4) por 203 votos a favor, contra 123.

Nesta terça-feira (10), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, declarou que não vai pautar a privatização da Eletrobrás este ano. Antes, havia se comprometido a não pautar o projeto até a realização das eleições.



Queda da produção industrial em maio é generalizada pelo país

Recuo em 14 de 15 regiões pesquisadas

Os dados regionais da produção industrial de maio, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quarta-feira (11), detalharam a catástrofe da queda de 10,9% no volume produzido a nível nacional. Em 14 dos 15 locais pesquisados pelo Instituto a produção caiu – em seis a níveis mais elevados do que a média nacional.

As quedas mais expressivas foram em importantes estados industriais, como São Paulo - região que detém mais de 30% do setor produtivo nacional - cujo recuo foi de 11,4% apenas na passagem de abril para maio.

No Paraná, a queda ficou bem acima da média nacional, em absurdos 18,4%. Esse também foi o caso do Mato Grosso (-24,1%), da Bahia (-15%) e de Santa Catarina (-15%).

As quedas no volume de produção também foram impressionantes nas indústrias do Rio Grande do Sul (-11%), Goiás (-10,9%), Minas Gerais (-10,2%), Pernambuco (-8,1%), Rio de Janeiro (-7%), Ceará (-4,9%), Amazonas (-4,1%) e Espírito Santo (-2,3). Apenas o Pará teve alta na produção no período (9,2%), depois de uma queda de 8,5% em abril.

O período analisado é correspondente à greve dos caminhoneiros - que durou 11 dos 20 dias do mês de maio, uma das maiores paralisações dos últimos tempos e uma resposta clara à política econômica do governo federal de reajuste semanal dos preços da gasolina e do diesel. Com apoio maciço da população e uma forte resistência dos trabalhadores, a greve abalou o país e parou a produção em diversas fábricas de norte a sul por 11 dias, enquanto o governo se recusava a ceder.

Para mascarar que o resultado é um desdobramento claro da política econômica dos governos Dilma e Temer, "analistas" não tardaram em responsabilizar a greve dos caminhoneiros pelo colapso do setor produtivo. Como é sabido, a produção industrial e a economia estão no fundo do poço há muito tempo e a própria paralisação é consequência dessa política de corte nos investimentos, altos juros e retirada de direitos.

O resultado de maio se soma a uma sequência de quedas. Na comparação mensal com o mês anterior, a produção industrial recuou em janeiro (-2,4%), ficou em torno de ZERO em fevereiro (0,2%) e março (-0,1%) e teve uma leve alta em abril (0,8%), graças à produção de Alcool, segundo o IBGE.

Alta de 0,77% nesta quinta (12) eleva o preço do combustível para R\$ 2,0527

O governo elevou em 0,77% o preço do litro da gasolina nas refinarias, passando de R\$ 2,0369 para R\$ 2,0527, a partir desta quinta-feira (12). É o maior valor desde 23 de maio. O preço vem subindo desde 22 junho (R\$ 1,8634) e de lá para cá já são dez aumentos no preço da gasolina.

Como as distribuidoras são livres para estipular suas margens de lucro, o valor médio do valor final – cobrado nas bombas – chegam a mais de R\$ 4 o litro, arrancando o couro da população. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o valor médio para o consumidor final fechou junho em R\$ 4,498.

Conforme a ANP, o preço médio da gasolina nas bombas subiu quase 10% no primeiro semestre, mais que o dobro da inflação estimada para todo o ano de 2018, de 4,22% para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), projetado pelo Banco Central, através do boletim Focus.

No caso do preço do diesel, o preço segue em R\$ 2,0316 desde o início de junho, em função do acordo com os caminhoneiros, após 11 dias da greve vitoriosa. Segundo a ANP, o preço médio por litro do diesel nos postos encerrou junho em R\$ 3,389.

Mesmo que tenha feito uma pequena redução no preço do diesel, arrancada a força pela paralisação dos caminhoneiros, o governo Temer mantém a política de reajuste quase que diários no preço da gasolina. Além disso, como o governo está obrigando os estados a também subsidiarem o diesel, a redução da arrecadação com o óleo tem levado os estados a elevarem o ICMS da gasolina para compensar, forçando ainda mais a elevação do preço.

No último dia 3, completou um ano em que os preços dos combustíveis têm com referências os preços internacionais, ficando acima desses aqui no Brasil. Resultado: turbinaram as importações de empresas privadas, inclusive multinacionais, levando a uma ociosidade de 32% nas refinarias da Petrobrás, com o consequente aumento de preço dos combustíveis.

Em um ano o preço da gasolina nas refinarias subiu 52,4% e o do óleo diesel, 49,9%.

De acordo com a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), os preços praticados pelo então presidente da Petrobrás, Pedro Parente, estavam acima da paridade internacional. "Foram praticados preços mais altos que viabilizaram a importação por concorrentes. A estatal perdeu mercado e a ociosidade de suas refinarias chegou a um quarto da capacidade instalada. A exportação de petróleo cru disparou, enquanto a importação de deriva-

dos bateau recordes. A importação de diesel se multiplicou por 1,8 desde 2015, dos EUA por 3,6. O diesel importado dos EUA que em 2015 respondia por 41% do total, em 2017 deve chegar a 82% do total importado pelo Brasil".

Contudo, a política extorsiva de preços dos combustíveis de Temer é a exacerbação da política de Dilma. Entre o fim do primeiro mandato da petista e o fim de seu segundo mandato, a gasolina aumentou em 21%. Em março de 2015, o litro da gasolina no Brasil estava 62% acima do preço internacional, de acordo com números da ANP.

Além do mais, ainda seguindo as cotações internacionais, o governo tem aumentado sistematicamente o preço do gás de cozinha (GLP) nas refinarias, atualmente em R\$ 23,10, mas que, dependendo da localidade, chega a mais de R\$ 100 ao consumidor o botijão de 13 kg. O resultado é que o país retrocedeu no tempo, principalmente nas localidades mais pobres.

Conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1 milhão e 200 mil brasileiros tiveram de recorrer à lenha ou carvão para cozinhar em todas as regiões.

Se por um lado a política é de estrangular o país e esfolar a população, em plena crise, na outra ponta a conversa é outra.

Favorecimento aos bancos com uma taxa real de juros nas estrelas, uma das maiores do mundo, e favorecimento aos monopólios. No último dia 6, por exemplo, Temer publicou uma medida provisória estabelecendo um programa que transfere às montadoras R\$ 1,5 bilhão ao ano de recursos públicos, durante 15 anos.

Mesmo recebendo benesses dos governos Dilma e Temer, o setor automotivo foi um que mais demitiu durante esses anos. Milhões de brasileiros na rua da amargura é uma das faces mais criminosas desses governos. Até junho deste ano, o índice de desemprego ficou em 12,7%, o que representa cerca de 13 milhões de desempregados. Com o subemprego e o desalento, esse número aumenta para 27 milhões de pessoas.

Isso em uma situação em que há proibição de investimentos públicos por 20 anos. O que está implicando em redução dos recursos da saúde, educação, transporte e demais setores – pacientes nos corredores dos hospitais, universidades funcionando precariamente, o povo sendo transportados como sardinha em lata etc. -, beirando o caos.

O Brasil não cabe nessa camisa-de-força. E é por isso que se estabeleceu um consenso na população: repúdio geral ao governo Temer, beirando 100%.

VALDO ALBUQUERQUE

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

HP

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (81) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Além de Libra, francesa Total avança sobre as áreas terrestres da Petrobrás

Os correligionários de Temer à frente da Petrobrás e representantes da multinacional francesa Total selaram, na terça-feira (10), através de um memorando de entendimentos, uma "parceria" para o desenvolvimento conjunto de negócios nos segmentos de energia solar e energia eólica, em áreas terrestres da Petrobrás no Brasil.

A tal "parceria" entre as petroleiras é mais um movimento do governo Temer de desmantelar a Petrobrás, através da venda de seus ativos (refinarias, campos de petróleo no pré-sal, subsidiárias, etc.). A nova "parceria" entre as companhias poderá incluir leilões promovidos

pelo governo federal para entregar à Total áreas terrestres da Petrobrás no Nordeste.

Em fevereiro do ano passado, o então presidente da Petrobrás, Pedro Parente, firmou uma "Aliança Estratégica" com a Total, dando continuidade ao processo de entrega de ativos da estatal à francesa, que teve início na criminosa privatização do Campo de Libra pela presidente Dilma. No leilão, realizado em outubro de 2013, Total e Shell levaram 40% de uma das maiores descobertas de petróleo no pré-sal.

Através da "Aliança Estratégica" com a Total, o governo Temer transferiu 35% da participação da

Petrobrás na produção do pré-sal no Campo Lapa, onde a estatal detinha 45%. E entregou ainda 22,5% para a múlti na área denominada Iara (campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu), reduzindo a presença da Petrobrás para 42,5% no consórcio onde a Shell tem 25% e a Petrogal Brasil, 10%.

A negociação foi possível graças à aprovação no Senado, em 24 de janeiro de 2016, da lei proposta pelo tucano José Serra em conluio com o governo Dilma Rousseff, que retirou a Petrobrás de operadora única em todos os blocos de exploração do pré-sal, com a participação mínima de 30%.



Governador denuncia que Fernando Bezerra e Temer boicotam Pernambuco

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), fez duras críticas ao grupo do senador Fernando Bezerra Coelho e a Michel Temer, ambos do PMDB.

“Pernambuco tem que se indignar da forma que está sendo administrado o país, e com isso está sendo retaliado, mas não vamos descansar. Infelizmente o grupo comandado pelo senador Fernando Bezerra entende que o Brasil está muito bem governado, e acha que tem que continuar sendo governado da forma que o Governo Temer governa”, afirmou em entrevista concedida ao Blog “Ação Popular”.

Segundo o governador, o Estado passou a ser retaliado pelo governo federal depois que o grupo liderado por Fernando Bezerra rompeu com o governo. “Sobre a estrada de Afrânio à Dormentes, acabamos de concluir o projeto. Sabemos que demorou, estamos agora iniciando a licitação da obra, pretendemos iniciar nos próximos 90 dias. Fizemos uma solicitação de empréstimo ao governo federal, assinamos um contrato com a Caixa Econômica, mas as questões políticas tem travado tudo”, afirmou.

Ele criticou o senador, ressaltando o fato de Temer ser seu aliado. “Então, ele mudou de lado porque tem que mudar mesmo, se ele concorda com isso (governo Temer) tem que se juntar com esse povo. Vamos disputar uma eleição agora, vamos respeitar quem defende o Temer e quem defende (essa) forma do Brasil ser governado”, disse.

Paulo Câmara também criticou declarações de Fernando Bezerra sobre investimentos do governo estadual em Petrolina, no Sertão pernambucano, onde o senador tem seu reduto eleitoral e o filho Miguel Coelho (PSB) como prefeito.

“Eu sempre soube separar a questão política da administrativa, e vou continuar fazendo. A população de Petrolina sabe a quantidade de investimentos que foram realizados nos últimos anos, que não foi só apenas pelo meu governo, mas pelo de Eduardo Campos. Temos um contrato assinado com a prefeitura para a realização de investimentos, cumprimos todos os itens e hoje Petrolina tem uma condição tanto de abastecimento como de saneamento bem superior a todos os municípios pernambucanos. As reclamações de pessoas são pontuais, e nós vamos continuar dando atenção ao povo. Não vamos misturar questões eleitorais com administrativas, e este não é o meu perfil”, disse o governador.

Presidente do STJ rejeita 143 HCs idênticos para soltar Lula



Ministra Laurita Vaz, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Procuradora-geral pede inquérito judicial para investigar desembargador petista

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou na quarta-feira (11) ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) pedido de abertura de inquérito judicial para investigar o desembargador do Tribunal Regional (TRF) da 4ª Região, Rogério Favreto, pelo crime de prevaricação. Dodge também enviou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma reclamação disciplinar pedindo a condenação do desembargador por infração disciplinar.

No último domingo (8), Favreto, em conluio com o PT, aproveitou-se do fato de estar de plantão no TRF-4 e mandou soltar Lula. Ele concedeu um habeas corpus solicitado por três parlamentares petistas que entraram com o pedido na noite de sexta-feira, após o expediente normal do órgão. Favreto, que foi militante

do PT por 20 anos até ser indicado por Dilma para o TRF-4, estava de plantão. No domingo, ele causou perplexidade ao país, ao mandar soltar Lula. Depois de uma batalha de decisões judiciais durante o dia, Lula permaneceu preso por uma decisão do presidente do TRF-4, Thompson Flores.

Para a procuradora-geral, há evidências de que o magistrado agiu movido por sentimentos e interesses pessoais, tendo praticado uma sucessão de atos dolosos contrários às regras processuais que ele bem conhecia, com o propósito de “colocar a todo custo o paciente em liberdade, impulsionando sua candidatura a presidente da República”.

Dodge chama a impegação do habeas corpus de “ato orquestrado meticulosamente para, em detrimento da lei vigente, alcançar a soltura do réu,

que havia sido negada pelas vias processuais lícitas e competentes”. Para ela, a conduta de Favreto “apresenta elementos de ato ilícito praticado dolosamente com o objetivo de satisfação de sentimentos e objetivos pessoais, tipificado pela lei penal”.

Dodge afirma ainda que a conduta de Favreto revela “episódio atípico e inesperado que produziu efeitos nocivos sobre a credibilidade da justiça e sobre a higidez do princípio da impessoalidade”.

Os pedidos foram destinados às ministras Laurita Vaz, presidente do STJ, e Cármen Lúcia, do CNJ e Supremo Tribunal Federal, que cumprem o plantão judiciário nos respectivos tribunais. Caso não sejam analisados durante as férias, eles podem ser sorteados para análise de outros ministros relatores.

Ex-corregedora: ‘Favreto enxovalhou o Judiciário’

A ex-corregedora nacional de Justiça e ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Eliana Calmon, afirmou que o desembargador petista Rogério Favreto “enxovalhou o Judiciário” e defendeu que ele seja investigado por possível falta disciplinar.

“Ele quis criar um fato político e usou a magistratura para criar esse fato político. Usou a magistratura e infringiu o princípio de que você deve ser imparcial. Isso é grave, principalmente quando essa imparcialidade tende a atender a um interesse político-eleitoral”, disse.

João Goulart no Maranhão: ‘vamos retomar os investimentos produtivos’

O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), foi recebido com uma grande festa em São Luiz do Maranhão, nesta segunda-feira (9). O auditório do Hotel Abville ficou lotado para ver e ouvir o presidencial, que cumpre agenda no Nordeste.

Antes de viajar para Salvador onde fez nesta quarta-feira (11) palestra na Universidade Federal da Bahia, ele visitou o Maranhão para apresentar aos seus correligionários a proposta de retomada do projeto de desenvolvimento nacional, iniciado por seu pai, o ex-presidente

Aproveitando que estava de plantão no domingo (8), no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), Favreto mandou soltar Lula – condenado pelo mesmo tribunal a 12 anos e um mês por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá.

Para Calmon, o pedido de habeas corpus acolhido pelo desembargador não deveria ter sido apresentado ao TRF-4, mas sim ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), já que o tribunal de segunda instância já havia rejeitado os últimos recursos do ex-presidente contra sua condenação. “Essa decisão

inusitada fica até difícil de explicar juridicamente porque é um simulacro de decisão”, afirmou.

“Se você for analisar na essência, não era caso de habeas corpus. Não havia fato novo. Ele não tinha competência e a competência do tribunal estava esgotada, porque já tinha votado embargos (recursos ao próprio tribunal)”, disse. Ela acrescentou que a decisão de Favreto viola resolução do CNJ que proíbe o juiz de plantão decidir habeas corpus em caso que já tenha sido julgado pelo próprio tribunal em decisão colegiada. Leia mais em www.horadopovo.org.br



Goulart foi recebido com festa pelos maranhenses

Jango, interrompido pelo golpe de 1964.

Muito aplaudido pelos maranhenses, João Goulart afirmou que seu objetivo é tirar o país da crise e colocá-lo no rumo do nacional desenvolvimentismo. “Vamos dar um

basta nessa especulação financeira que está consumindo R\$ 400 bilhões por ano do nosso orçamento.

Vamos retomar os investimentos produtivos, ampliar o mercado interno e devolver o Brasil para os brasileiros”, disse ele.

‘Muito do que importamos do estrangeiro poderíamos fabricar aqui e gerar mais empregos’, defende Ciro

O ex-governador Ciro Gomes, pré-candidato a presidente da República pelo PDT, afirmou que o desemprego alarmante que assola o país decorre, entre outras coisas, de uma política importações exacerbadas, que está disseminada em diversas áreas.

Para o presidencial, a substituição de importações, além de oferecer produtos mais baratos aos consumidores, contribuiria para gerar os

empregos que os brasileiros precisam. Ele cita, como exemplo, o setor farmacêutico: “O remédio é caro porque é importado do estrangeiro. Mas se fosse fabricado aqui seria bem mais barato e ia gerar emprego aqui e não lá na Dinamarca”.

Num vídeo divulgado na internet, Ciro responde a uma eleitora e lembra que a mesma coisa ocorre com a produção agrícola, onde a importação de adubos tem um peso elevado

nos custos do produtor rural, assim como na indústria de transformação. “Peças de carro, quase tudo vem de fora. Tudo isso tem que ser fabricado aqui”, defendeu.

O pedetista avalia que também é preciso fazer investimentos em áreas em que o Brasil tem grande potencial. “Nós temos que voltar a incentivar a construção civil, que é o setor que pode reagir mais rápido e gerar muitos empregos”, afirmou.

Para Laurita Vaz, conluio do PT com o desembargador petista, Rogério Favreto, foi um “flagrante desrespeito” à Justiça e provocou “perplexidade e intolerável insegurança jurídica”.

Na quarta-feira, a Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, solicitou a abertura de inquérito criminal ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) - e punições ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - quanto à conduta do petista Rogério Favreto, que, aproveitando-se de seu plantão no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em conluio com a direção do PT, afrontou todas as instâncias do Judiciário na tentativa de soltar Lula.

Favreto, denuncia a procuradora, praticou crime ao “sem competência e sem autorização legal, valer-se de atos jurisdicionais formais para atingir finalidade privada e satisfazer interesses pessoais”.

Depois de mostrar que Favreto, nomeado por Dilma para o TRF-4, jamais teve carreira própria, fora do guarda-chuva do PT, Raquel Dodge considera que ele “assumiu função judicial que não era sua, pretendendo desconstituir ordem jurídica válida, emanada de juízo competente (a 8ª Turma do TRF4) e confirmada mais de uma vez pelos Tribunais Superiores. Deu aparência de legalidade à sua competência e ao conteúdo da sua decisão, fazendo crer que desconstituiu ato de Juiz Federal (o da 13ª Vara Federal de Curitiba) e não do próprio TRF-4. Reiterou-a e dirigiu-se à autoridade policial, fixando prazo em horas para que cumprisse sua decisão, chegando a cobrar pessoalmente ao telefone o seu cumprimento”.

“O mais grave é que a miríade de atos de desrespeito à ordem jurídica pautou-se em premissas notoriamente artificiais e inverídicas, cuja consequência foi a exposição do Poder Judiciário brasileiro, nos planos nacional e internacional, a sentimentos generalizados que variaram da insegurança à perplexidade, da instabilidade ao descrédito”.

Raquel Dodge cita as entrevistas de três deputados do PT que assinaram o pedido de soltura de Lula (Paulo Pimenta, Paulo Teixeira e Wadih Damous), mostrando que “o objetivo confessado dos impetrantes era afetar a credibilidade do Poder Judiciário, com consequente exposição da ordem pública e do processo eleitoral a risco quando a Corte viesse restabelecer a prisão do réu”.

O processo de Lula já está encerrado no âmbito do TRF-4 – ele já foi condenado e começou a pagar sua dívida com a sociedade. Como pode um plantonista dar uma decisão contra o próprio tribunal de que faz parte – em um caso já encerrado com a condenação e prisão do réu? E, mais, contra o STJ e o Supremo Tribunal Federal (STF), que confirmaram a sentença?

E sem nenhuma argumentação jurídica?

Quem é esse Rogério Favreto? Desconhece-se qualquer saber jurídico desse cidadão. Fora alguns cargos conseguidos por ser petista – e não por sua competência em algum afazer jurídico – a carreira de Favreto não existe. Como um sujeito bisonho – e bizarro – como esse pode ter chegado a desembargador federal?

No entanto, não é um caso único. E assim, também, o ex-chefe de Favreto, Dias Toffoli, quando ambos eram servidores de José Dirceu na Casa Civil.

Toffoli é tão mediocre que não conseguiu passar em dois concursos públicos – mas acabou ministro do Supremo Tribunal Federal, e, devido ao rodízio, presidente do STF em setembro.

Favreto e Toffoli não são juristas – são ativistas que o PT infiltrou no Judiciário, com a mentalidade oportunista típica dos petistas.

Que mentalidade é essa? Aquela que fez Lula dizer: “o vergonhoso é perder”, ao justificar seu acordo eleitoral com um conhecido ladrão, hoje em prisão domiciliar.

Portanto, vale tudo, inclusive roubar e avacalhar com a Justiça – e, por isso, Favreto e Toffoli cometem as maiores barbaridades jurídicas, sem o menor vestígio de vergonha.

Qualquer um que leia a monumental “História do Supremo Tribunal Federal”, de Lêda Boechat Rodrigues, pode perceber que os governos, em geral, se preocuparam em nomear para os tribunais superiores, personalidades que podiam ser – e muitas vezes foram – reacionárias politicamente, mas não eram bastas quadradas quanto ao Direito.

Não é o caso de Favreto – ou Toffoli. Eles não estão ali para ser juízes. Estão ali para proteger os interesses do PT. Que o diga o “habeas corpus de ofício” - ou seja, não solicitado pela defesa do réu – com que Toffoli soltou José Dirceu; ou a palhaçada do final de semana, em que um plantonista desrespeitou, como disse a presidente do STJ, Laurita Vaz, **todas as instâncias do Judiciário**, para tentar soltar um condenado a 12 anos e um mês de cadeia por roubar o dinheiro do povo.

Favreto é só isso – um pau mandado do PT no Judiciário, sem ligação com o mais elementar sentimento de justiça ou equanimidade, nem com os cânones da nobre ciência do Direito. Mas o desprezo petista pela Justiça, isto é, seu caráter lúmpen, marginal, não fica só aí.

Na quarta-feira, a presidente do STJ examinou 143 pedidos de habeas corpus para soltar Lula.

Todos os pedidos eram iguais, impressos na mesma máquina, apenas com um retângulo em que, escrito a caneta, estavam os dados de identificação de cada solicitante.

“Essa petição padronizada”, escreveu a presidente do STJ, “foi entregue no protocolo do Superior Tribunal de Justiça, durante o apertado período de Plantão da Presidência, em meio físico, ocupando vários servidores e movimentando diversos órgãos do tribunal, sobrecarregando a rotina de trabalho, já suficientemente pesada”.

Os pedidos foram impressos em papel timbrado, com os dizeres: “9 de julho – Em defesa da Constituição”.

O PT, portanto, reivindica ser um filhote dos latifundiários da oligarquia cafeeira, que tentou derrubar o presidente Getúlio Vargas e a Revolução de 30, na contrarrevolução de 9 de julho de 1932 – e, depois, derrotada, inventou um “movimento constitucionista” que nunca existiu.

A ministra, evidentemente, recusou todos esses *habeas corpus*, que constituem litigância de má-fé, com o único objetivo de tumultuar o STJ, o segundo tribunal mais importante do país.

No dia anterior, a presidente do STJ negou um recurso contra a decisão do presidente do TRF-4, Thompson Flores, que, no domingo, impediu o petista Favreto de afrontar o TRF-4, o STJ e o STF, na tentativa de soltar Lula.

“... cumpre ressaltar”, escreveu a ministra Laurita Vaz, “a inusitada e teratológica [monstruosa desde a origem] decisão que, em flagrante desrespeito à decisão colegiada da 8ª Turma do TRF da 4ª Região, ratificada pela 5ª Turma do STJ e pelo Plenário do STF, erigiu um ‘fato novo’ que, além de nada trazer de novo – pois a condição de ‘pré-candidato’ [de Lula] é pública e notória há tempos –, sequer se constituiria em fato jurídico relevante para autorizar a reapreciação da ordem de prisão.”

“É óbvio e ululante que o mero anúncio de intenção de réu preso de ser candidato a cargo público não tem o condão de reabrir a discussão acerca da legalidade do encarceramento, mormente quando, como no caso, a questão já foi examinada e decidida em **todas as instâncias do Poder Judiciário**.”

A ministra ressalta que Favreto provocou um “tumulto processual sem precedentes na história do direito brasileiro”.

É verdade. E, como disse a Procuradora Raquel Dodge, a trama era para provocar um tumulto ainda maior.

CARLOS LOPES

PT mentiu; Sérgio Moro não estava em Portugal

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na Justiça Federal de Curitiba, não estava passando férias em Portugal domingo (8) quando despachou no habeas corpus concedido a Lula pelo desembargador plantonista Rogério Favreto.

Petistas como a senadora Gleisi Hoffmann, e os deputados Wadih Damous e Paulo Pimenta, entre outros, alardearam que o juiz estava de férias, fora do país, mas se manifestou sobre o habeas corpus concedido. Pimenta e Damous postaram vídeos em redes sociais, divulgando a informação falsa que Sergio Moro interrompeu as “férias em Portugal” e ligou para a Polícia Federal para tentar derrubar a decisão de Favreto.

Gleisi fez o mesmo. Em discurso na tribuna do Senado, ela disse que o juiz “estava bebendo vinho e comendo bacalhau

em Portugal” quando deu a ordem para não soltar Lula em “uma articulação safada” com a Polícia Federal.

Perguntado de onde tirou a informação de que Moro estava em Portugal, o líder da bancada do PT na Câmara, Paulo Pimenta (RS), desconversou: “Eu não tenho como informar, pois estava dentro da PF [no domingo]. Eu nem sabia que ele estava de férias”.

O magistrado informará ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estava no Brasil. Segundo informou ao jornal “Valor”, por meio de sua assessoria de imprensa, Moro não viajou a Portugal neste mês, em que está de férias de 2 a 31 de julho.

Segundo o “Valor”, Moro indicará que as informações sobre sua suposta estada em Portugal foram divulgadas nas redes sociais pelo senador Roberto Requião (PMDB/PR).

Geddel, ministro de Lula e Temer, torna-se réu

O ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) tornou-se réu por improbidade administrativa na tarde da segunda-feira (9) pela juíza Diana Wanderlei, da 5ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal.

O processo refere-se ao caso em que o então ministro da Cultura, Marcelo Calero, acusou Geddel de pressão para liberar ilegalmente uma obra em Salvador (BA) embargada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Calero pe-

diu demissão do cargo, em 2016, e denunciou publicamente Geddel pela irregularidade. Diante do escândalo, Geddel, que ocupava e Secretária de Governo de Temer na ocasião, foi demitido do cargo.

Calero também denunciou Michel Temer em depoimento na Polícia Federal. Ele disse que foi “enquadrado” por Temer e se sentiu pressionado a “construir uma saída” a favor do pedido de Geddel. Calero revelou que a conversa com Temer foi gravada.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Temer edita MP que libera a privatização do saneamento

Modelo proposto pelo governo é semelhante ao de Dilma para os aeroportos, separando as empresas deficitárias das empresas que registrarem lucros

Na última sexta-feira (6), Michel Temer (PMDB) alterou, via Medida Provisória, as leis que criaram a Agência Nacional de Águas (ANA) e estabeleceram as diretrizes nacionais para o saneamento básico (9.984/00 e 11.445/07). Entidades do setor denunciam que a medida vai desestruturar o saneamento e beneficiar apenas os municípios considerados rentáveis economicamente, enquanto prejudicará os demais.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), entidade que representa 25 empresas estaduais públicas e privadas, Roberto Tavares, reforça que a MP representa o fim do subsídio cruzado, medida que inclui municípios rentáveis e deficitários em um mesmo projeto, equilibrando financeiramente o sistema. Assim, são possíveis investimentos nos municípios mais pobres e a cobrança de uma tarifa única nas cidades do mesmo estado.

Com o fim do subsídio sobrarão para os estados apenas os municípios deficitários, podendo haver inclusive um aumento de tarifa nestes municípios.

“A proposta do governo federal não busca o bem comum da nação brasileira, visa apenas abrir mercado para empresas privadas nos municípios rentáveis. Com a assinatura da MP do jeito que está, os estados terão que ficar com os municípios deficitários, os rotulados como ‘osso’, que hoje dependem da política do subsídio cruzado, enquanto os privados ficarão com o ‘fígado’, que são os municípios rentáveis”, alertou Roberto Tavares.

O Artigo 10-A da MP de Temer, que altera a Lei nº 11.445/07, passa a obrigar os municípios a consultarem o setor privado antes de prorrogarem seus contratos públicos de concessão dos serviços de saneamento.

A medida “chega ao absurdo de obrigar os municípios a perguntarem previamente ao setor privado se tem interesse na concessão. Se tiver, haverá licitação. Se não tiver, será operada pelos estados”, afirma a Aesbe.

Outra mudança significativa é que a Agência Nacional de Águas (ANA) passará a atuar como reguladora do saneamento nas cidades que desejarem receber serviços ou recursos federais, o que constitucionalmente é uma prerrogativa dos municípios.

Para a Aesbe, “uma decisão

dessa dimensão não pode ser tomada ao apagar das luzes do atual governo federal”. Por isso, promete articulação política e jurídica para derrubar a MP.

Em discurso na cerimônia de assinatura da medida provisória, Alexandre Baldy (PP), Ministro das Cidades, disse que o novo marco regulatório dá segurança jurídica para que empresas privadas também invistam no setor. Segundo ele, a ideia é promover a competição entre entes públicos e privados.

INCONSTITUCIONAL

Na próxima quarta-feira (18), associações ligadas ao setor de saneamento, agências reguladoras e entidades de municípios se reunirão para debater o ingresso de uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) conjunta no Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo Fernando Alfredo Rabello Franco, presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar), um dos pontos da MP que deverão ser questionados é o que transforma a ANA (Agência Nacional de Águas) em uma agência reguladora federal de saneamento. Já que de acordo com a Constituição está é uma responsabilidade dos municípios.

O presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Robertal Tavares de Souza, acredita que a ADI também cabe no Artigo 10-A. Para ele, “a MP rompe o pacto federativo. A União está obrigando os municípios a fazer a concorrência pública”.

SETOR

Segundo estudo do instituto Trata Brasil, divulgado em abril, apenas 45% de todo o esgoto gerado no país passa por tratamento. Os outros 55%, que correspondem a 5,2 bilhões de metros cúbicos por ano, são despejados diretamente na natureza.

De acordo com os números da pesquisa, o avanço do saneamento no país, nos últimos anos, foi quase inexistente devido à diminuição do investimento público no setor. De 2015 para 2016, os investimentos em água e esgoto no país caíram de R\$ 13,26 bilhões para R\$ 11,51 bilhões.

De acordo com levantamento de dados do site do Senado, de 2011 a 2015, R\$ 8,2 bilhões deixaram de ser aplicados pelo governo federal em saneamento. O valor é a diferença entre o autorizado no Orçamento de cada ano e o que foi efetivamente pago, em números atualizados pela inflação.

Prefeito Marcelo Crivella exonera secretário da Educação carioca

Nesta quarta-feira, 11, Marcelo Crivella (PRB), prefeito da cidade do Rio de Janeiro, exonou César de Queiroz Benjamin, secretário de Educação. A decisão foi publicada no Diário Oficial do município e também contou com a indicação de Talma Ribeiro Suane, para assumir a pasta.

Em mensagem publicada nas redes sociais, César Benjamin disse que já era esperada a sua exoneração por não ceder à “politicagem e aos inimigos da educação”.

“A minha exoneração era esperada, pois não cedi à politicagem e aos inimigos da educação. Retorno ao convívio da minha família e aos meus afazeres profissionais. Toda a articulação para a minha saída foi feita pelas minhas costas. Não recebi sequer um telefonema. O prefeito agradeceu desta maneira a minha dedicação à causa da educação”, disse César Benjamin.

Crivella sofre com essa baixa em um período conturbado na Prefeitura. O prefeito conta com a possibilidade de seu Impeachment, protocolado



César Queiroz Benjamin

três vezes na Câmara de Vereadores. O prefeito é acusado de crime de responsabilidade por favorecer apoiadores pastores de igrejas evangélicas. Em vídeo gravado durante discurso em uma reunião ocorrida no Palácio da Cidade, Crivella prometeu a realização de eventos, isenção de IPTU às igrejas, a facilitação e agilidade de cirurgias de catarata e varizes aos fiéis.

O prefeito nega qualquer improbabilidade.



Proposta visa apenas abrir mercado para empresas privadas em áreas rentáveis

Câmara aprova PL que autoriza entrega das seis distribuidoras da Eletrobrás “por até R\$ 50 mil”

A Câmara dos Deputados concluiu, nesta terça-feira (10), a votação do projeto que permite a entrega para a iniciativa privada de seis distribuidoras da Eletrobrás no Norte e Nordeste do país.

O objetivo do governo é privatizar as distribuidoras controladas pela estatal no Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima. Com isso, o governo espera a abrir caminho para a entrega da Eletrobrás às multinacionais do setor.

Para que seja aprovado terminalmente antes da data em que está marcado o leilão das distribuidoras, o texto teria de ser apreciado positivamente ainda nesta semana pelo Senado, já que na próxima inicia o recesso parlamentar.

O leilão está marcado para o dia 26 de julho, mas sem passar pelo Senado e pela canetada do presidente Michel Temer (PMDB), terá de ser adiado.

O projeto aprovado na terça equaciona pendências judiciais e débitos das distribuidoras. Na prática, o texto transfere dívidas bilionárias à conta de luz do consumidor.

A proposta do governo é doar as seis distribuidoras por apenas R\$ 50 mil, preço de um carro popular, cada uma, e ainda deixar a Eletrobrás encarregada de uma dívida de R\$ 11 bilhões para garantir maior lucro e fazer um negócio o mais atrativo possível aos compradores.

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que conduz a mo-

delagem do processo de privatização, as seis distribuidoras atendem mais de 13 milhões de habitantes, numa área de aproximadamente 2,46 milhões de km², correspondente a 29% do território nacional.

Para emplacar o projeto e garantir sua validade, os deputados aprovaram uma emenda para conceder gratuidade da tarifa de energia elétrica a famílias de baixa renda com o consumo mensal de até 70 quilowatts-hora. Atualmente, a tarifa social de energia estabelece descontos ao consumidor de baixa renda cadastrado no valor de 65% no consumo registrado de até 30 kWh/mês; de 40% na faixa de 31 kWh até 100 kWh/mês; e de 10% na faixa de 101 kWh até 220 kWh/mês.

Entidades criticam a criação de franquias e cobrança extra de 40% em planos de saúde

Após a Agência Nacional de Saúde (ANS) anunciar as novas regras para cobrança de “coparticipação” e o estabelecimento de franquias em planos de saúde no último dia 28, diversas entidades divulgarão nota conjunta de repúdio às medidas anunciadas.

Ao todo, 18 entidades se mobilizaram, entre elas a Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e o Cebes (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde).

De acordo com o documento assinado pelas entidades, as novas diretrizes ignoram totalmente as aquisições das organizações em defesa da saúde e do consumidor e seguem as sugestões do grupo liderado pelo ex-ministro Ricardo Barros sobre planos populares que, aparentemente têm

mensalidades acessíveis “mas trazem surpresas de saúde impagáveis porque necessidades são imprevisíveis”.

“A normativa não atendeu às solicitações e preocupações das entidades de defesa do consumidor e da saúde feitas ao longo do último ano e embasadas na experiência de quem lida diretamente com os usuários de planos de saúde. A começar por expandir o limite de coparticipação para 40%, sem base técnica que justifique isso, podendo chegar a assustadores 60% em contratos coletivos”, diz trecho da nota.

Além disso, outras normas vão de encontro com as idéias das entidades, como por exemplo a fixação de limites elevados para os valores máximos que o usuário deverá pagar a título de mensalidade

somada com a franquia ou coparticipação, que ainda por cima não foram discutidos em consulta pública com a população.

“O limite de pagamento pode chegar a mais que o dobro da mensalidade, o que compromete a capacidade de pagamento dos consumidores e configura exigência de vantagem manifestamente excessiva. Assim, o usuário de um plano de saúde que custe R\$ 300,00 nessa modalidade, pode chegar a pagar mais de R\$ 600,00 somadas a mensalidade e a franquia ou coparticipação”, diz outro trecho da nota.

As entidades manifestam ainda seu intenso repúdio à normativa publicada, “criada para atender apenas aos interesses das empresas e tratando de maneira irresponsável a capacidade de pagamento dos consumidores”.

Prefeitura de São Paulo impede médicos de pedir exames de diagnósticos por imagem

A Prefeitura de São Paulo determinou que médicos clínicos gerais só poderão solicitar exames de imagem e diagnóstico simples, como radiografias, ultrassonografias e mamografias. A medida, feita com o objetivo de cortar gastos com exames prejudicial ao diagnóstico e o tratamento dos pacientes que precisam dos exames na rede municipal de saúde, segundo alertou o Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP).

O ato foi protocolado pela Prefeitura em maio deste ano, no início da gestão Covas, e passou a valer a partir deste mês. Segundo a Secretaria de Saúde, exames e diagnósticos mais detalhados deverão ser solicitados apenas por médicos especialistas. A prefeitura alega corte e redução de custos, pois muitos desses exames seriam desnecessários e apresentam resul-

tados efetivos.

Para o Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP) a medida prejudica o diagnóstico e o tratamento dos pacientes que precisam dos exames na rede municipal de saúde.

“O protocolo causará grandes problemas, onde a medida não irá proteger o paciente de exames desnecessários, o provável que aconteça é o aumento das filas nos postos, a demora com os diagnósticos e a locomoção dos pacientes de posto em posto, atrasando o tratamento”, afirma Ademir Lopes Junior, diretor do sindicato.

DESCASO

A gestão Dória/Covas (PSDB) já vem há muito tempo ocasionando problemas na saúde de São Paulo. A fila de cirurgias pela rede municipal conta com quase um ano (336 dias) de espera após a implementação do programa

Corujão da Saúde, que transferiu atendimentos diretamente para a rede privada. Ainda no ano passado, a prefeitura gastou cerca de 46,2% da verba da saúde (R\$ 4,9 bilhões) com as Organizações Sociais da Saúde (OSs). Isso fez parte da campanha tucana para a saúde, seguindo o seu plano de desestatização dos setores públicos.

Nesta semana, o secretário de saúde Wilson Pollara deixou o cargo para coordenar a pasta de Saúde da campanha de João Dória ao governo de São Paulo. Pollara é homem de confiança de Dória e já participou do governo Alckmin como secretário-adjunto da Saúde. Ficou no cargo durante um ano e meio e será substituído por Edson Aparecido, presidente da Companhia Metropolitana de Habitação do Estado de São Paulo (COHAB).



‘Muitos políticos cometeram essa traição, mas, certamente, ninguém ultrapassou tantos limites quanto o ex-presidente Lula’

A falta que faz uma simples lei

INSTITUTO ILUMINA*

Todo esse caos político e jurídico que estamos passando no país poderia ser minimizado se tivéssemos uma lei que punisse o estelionato eleitoral, algo que, mesmo com o duro termo “estelionato”, não damos importância.

A situação mais comum no Brasil é ter políticos eleitos com uma plataforma de princípios, e, uma vez eleitos, praticam exatamente o oposto sem qualquer consequência. A velha desculpa da “governabilidade” é típica do nosso subdesenvolvimento político, pois, se essa tese é aceita, então qualquer coisa serve como campanha, uma vez que a imprevisível “governabilidade” imporá seus desígnios.

Muitos políticos cometeram essa traição, mas, certamente, ninguém ultrapassou tantos limites quanto o ex-presidente Lula.

Não só o PT levantava a bandeira da moralidade e do combate à corrupção, como prometia mudanças políticas. Por um curto período, o governo foi composto por especialistas em ministérios e empresas estatais. Alguns meses depois, sem o mínimo disfarce ou cerimônia, a mesma base de apoio do governo anterior totalmente ligada no velho PMDB, foi alçada ao poder.

O que é grave é que esse apoio político se fez mediante a entrega de ministérios e estatais “de porteira fechada”, o que revela um pacto de governabilidade que conduz a políticas públicas fragmentadas e total descompromisso com o que foi pregado na eleição.

Como exemplo máximo dessa traição de princípios que mistura partidos ditos ideologicamente opostos, basta lembrar que o senador Romero Jucá permanece na elite do poder desde 1995. Foi líder do governo FHC, ministro no governo Lula, outra vez líder no governo Dilma e Ministro no governo Temer. Quando esse sintoma não alerta a sociedade que princípios foram abandonados, todo o debate está comprometido pela não compreensão do que ocorre no Brasil.

Se o Brasil tivesse uma simples lei que exigisse compromissos por escrito dos candidatos, certamente governos estariam em maus lençóis. Os Estados Unidos têm o “recall” que já ocorreu em diversos estados. Por que não temos algo parecido?

A justiça só funciona a contento quando é temida. No Brasil, ao contrário, ela é desafiada por recursos jurídicos infundáveis. Se tivéssemos esse mecanismo para governadores e prefeitos, provavelmente a sensação de impunidade seria outra.

Aqui, desprezam-se compromissos e há uma sensação de que um governante só pode perder o cargo se roubar! Ora, se governar significa apenas não roubar, então estamos totalmente sem rumo, pois políticas adotadas podem perfeitamente atender interesses privados e fazer um enorme estrago no interesse público sem que se possa chamar de roubo.

O caso do setor elétrico brasileiro é um excelente exemplo de como as “ideologias” partidárias são abandonadas em nome de uma repartição de poder que só pode ser justificada por interesses privados incrustados no estado.

A ex-presidente Dilma Rousseff foi a Ministra de Minas e Energia do governo Lula. Apesar de ter assinado um documento assinado por ela e pelo próprio presidente “Diretrizes e Linhas de Ação para o Setor Elétrico Brasileiro” (2002) onde está escrito o seguinte:

“Será criado um novo modelo de gestão, que contemple o desenvolvimento organizacional e administrativo das empresas federais e estaduais, explicitando suas responsabilidades sociais, fazendo-as respeitar os direitos do consumidor e subordinando-as ao controle pela sociedade. **Haverá obrigatoriedade de estabelecer nessas empresas contratos de gestão que assegurem administração transparente, realizada por profissionais competentes, definindo papéis e fixando prazos e metas, especialmente no que concerne à implementação dos planos setoriais de investimento, ou em parceria com a iniciativa privada.**”

Apesar disso tudo, como se sabe, o oposto foi adotado. Na maioria das vezes, a administração foi entregue à políticos, e, mesmo quando especialistas ocupavam os cargos, a falta de transparência não garantia a preservação do interesse público.

O mesmo documento proclamava mudanças na modelagem que levou ao raciocínio. Nenhuma alteração estrutural foi adotada. Poderíamos até usar a irônica analogia de nomear o **modelo de Romero Jucá**, pois, como ele, apesar dos defeitos, atravessou governos incólumes.

A estatal Eletrobrás, em seus 56 anos de existência teve 24 presidentes, sendo que apenas dois vieram de seus próprios quadros. Alguns sequer eram ligados à área elétrica. No período Lula – Dilma, seis presidentes ocuparam o cargo, o que mostra a dança de cadeiras ligadas à “governabilidade”.

Quando se leva em conta que, além do ministério e da ANEEL, hoje o setor é comandado por três organizações (EPE, ONS, e CCEE), a “dança” se estendeu para essas órgãos, que hoje, fazem o que a Eletrobrás fazia no passado. A influência política e essa divisão de poder ligada à “governabilidade” amplia a já nociva fragmentação de responsabilidades com óbvios reflexos técnicos.

Nenhuma ideia que preserve a Eletrobrás como empresa estratégica poderá ter sucesso sem que se desmonte a impressão de que estatais são meros “puxadinhos” do palácio do planalto. Se tivéssemos contratos de gestão firmados e monitorados, que trajetória política teríamos assistido nos últimos 16 anos?

O sermão que defende a privatização é muito mais um discurso de abandono do estado como representante da sociedade do que uma solução. Infelizmente, voltamos ao que foi escrito e abandonado em 2002. E preciso reler tudo.

*Instituto de Desenvolvimento Estratégico para o Setor Energético (ILUMINA)

Servidores do RJ: 'Barramos na Justiça assalto a nosso salário'



Grave dos caminhoneiros parou o país MP que define preço mínimo do frete é aprovada no Congresso

A Câmara dos Deputados e, em seguida, o Senado Federal aprovaram nesta quarta-feira, 11, a Medida Provisória (MP 832) que define o preço mínimo para o frete rodoviário. Conforme a MP, os preços mínimos - que serão definidos de acordo com o quilômetro rodado por eixo carregado, as distâncias e as especificidades das cargas - deverão ser publicados e atualizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Com a lei, fica proibido celebrar qualquer acordo ou convenção, individual ou coletivo, no sentido de praticar fretes em valores inferiores aos pisos mínimos.

A aprovação da MP, que agora segue para sanção de Temer, consolida o acordo feito entre governo e caminhoneiros durante a greve nacional da categoria, em maio. O movimento dos caminhoneiros teve como reivindicação a redução do diesel e a fixação de valores mínimos do frete. A votação foi acompanhada por dirigentes da categoria como Carlos Alberto Littt Dahmer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí, RS (Sinditac).

Desde o fim da greve, os caminhoneiros enfrentam manobras do governo e de empresários do setor do agronegócio, que vinham tentando derrubar qualquer tabela que determinasse preços mínimos de serviços aos caminhoneiros autônomos. Chegaram a propor "preços referenciais", que na verdade seriam valores "não obrigatórios", o que foi repudiado pelos dirigentes da categoria. As empresas também chegaram a acionar a Justiça contra os preços mínimos, mas as ações foram todas suspensas por decisão do STF.

Com a definição do frete mínimo, os caminhoneiros têm atendida parte de suas reivindicações. Agora, a pressão continua para que o acordo em relação ao diesel também seja concretizado, uma vez que a redução de R\$ 0,46 prometida para o fim da greve ainda não foi cumprida.

De acordo com a ANP, na semana entre os dias 1º e 7 de julho, o desconto médio no preço do combustível ficou em R\$ 0,404 por litro (R\$ 3,384) na comparação com o preço praticado na semana do dia 21 de maio (R\$ 3,788), data usada como referência no acordo entre o governo e os caminhoneiros.

Na votação da MP do frete, aprovada na forma do projeto de lei de conversão do deputado Osmar Terra (MDB-RS), também foi incluída anistia aos caminhoneiros e às empresas transportadoras em relação às multas e sanções, previstas no Código Brasileiro de Trânsito (Lei 9.503/97) e em outras normas ou decisões judiciais, relacionadas à greve. No entanto, conforme o próprio deputado, há um "acordo" entre partidos contrários e o Planalto para que Temer vete a medida.



Governo aprovou o projeto à base da repressão contra manifestantes

Artur Bueno: 'decisão do STF sobre contribuição sindical é incoerente e vamos lutar para reverter'

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), Artur Bueno, se manifestou nesta quarta-feira, contra a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter como constitucional o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical.

Para o dirigente, "é um posicionamento incoerente, visto que a maioria das decisões de 1ª e 2ª instâncias eram pela inconstitucionalidade da extinção deste imposto", e que ainda assim "vamos manter a pressão para reverter essa situação", disse, em entrevista ao Hora do Povo.

O sindicalista explica que "a contribuição sindical é um imposto, tanto é que o próprio governo tinha a sua parte. (...) O governo não poderia abrir mão da sua parte sem provar que a União não precisava mais desta renda. Além do mais, o Congresso teria de fazer uma lei complementar e não ordinária", disse.

A avaliação de inconstitucionalidade está de acordo com documento veiculado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), e com os votos dos ministros Rosa Weber e Dias Toffoli, que juntos com Fachin, relator das ADI's relacionadas ao fim do imposto, defenderam a inconstitucionalidade deste dispositivo da reforma trabalhista. Na ocasião, a ministra Rosa Weber ressaltou que, uma vez que o STF reconheceu a natureza tributária da contribuição sindical, trata-se de uma obrigatoriedade.

Para Bueno, "o julgamento foi político, e não jurídico, e isso é lamentável".



Artur Bueno, presidente licenciado da CNTA

vel, condenar o judiciário a cair num abismo desses, sem que se saiba o que fazer diante de momentos tão importantes", disse citando ainda o caso do ex-presidente Lula, em que no último final de semana foram acumuladas diversas sentenças divergentes. "Agora, quando há uma ação para ser julgada, já ficam esperando que caia na mão de tal ou qual juiz, a depender do posicionamento político, em detrimento da lei", criticou.

Artur Bueno declarou também que essa decisão ainda "causa um profundo desequilíbrio nas relações entre as forças de trabalho, e não apenas pela questão do imposto, mesmo porque os patronais não têm de enfrentar esse tipo de problema, por que têm o Sistema S, que representa a maioria de seus rendimentos".

De fato, depois que a cobrança deixou de ser obrigatória, a fonte de recursos dos sindicatos ficou comprometida: nos quatro primeiros meses de 2018, a contribuição recebida pelas entidades recuou 86%. Enquanto no Sistema S (composto por nove entidades como o Senai e o Sesi) a renda subiu 8% no primeiro quadrimestre do ano.

Tribunal de Justiça suspendeu aumento da alíquota previdenciária dos servidores

Os servidores do Rio de Janeiro comemoraram a decisão da Justiça do Estado de barrar o aumento da alíquota da previdência de 11% para 14%, conforme votação no Tribunal de Justiça, na última segunda-feira, 9.

De acordo com José Carlos Arruda, diretor de assuntos jurídicos do SindJustiça (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário), "os servidores não devem pagar a conta por má administração do Estado". "Foi uma vitória grande, mas agora estamos focados em lutar para que a decisão final do STF também seja favorável aos servidores. E hora de comemorar, mas também de continuar arregaçando as mangas", disse Arruda, em entrevista ao HP.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) decidiu suspender o aumento da alíquota previdenciária a ser paga pelos servidores do estado. Segundo a decisão, a alíquota deverá voltar a ser 11%, cancelando o aumento para 14% previsto em projeto enviado à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB).

Em sessão marcada por violência e repressão contra manifestantes, o aumento chegou a ser aprovado na Alerj, por 39 votos favoráveis e 26 contrários, e sancionado por Pezão em maio de 2017 e, por se tratar de um tributo, entrou em vigor em setembro.

A alteração, porém, somente poderia ser aplicada àqueles com salário em dia. Como o Estado somente voltou a regularizar a situação geral dos salários em meados de abril, a cobrança começou a ser aplicada em maio. Todos os servidores ativos foram atingidos, mas, entre os aposentados e pensionistas, somente aqueles que recebem acima do teto do INSS, que é de R\$ 5.531,31. Segundo os números do governo do Rio, seriam afetados, durante a vigência plena do novo percentual, 280 mil servidores, sendo eles 213 mil ativos, 53 mil aposentados e 15 mil pensionistas.

O aumento da alíquota representa um verdadeiro saque aos salários dos servidores. Por exemplo, uma pessoa que recebe um salário de R\$ 3.500,00, com o aumento de 11% para 14% de taxa, o valor passaria de R\$ 385 para 490 por mês. Em um ano, a alteração significaria R\$ 1.365 a menos no bolso do servidor.

Em resposta à medida de saque aos salários dos trabalhadores, entidades entraram na Justiça com pedidos de inconstitucionalidade, argumentando que não há provas de que o aumento era necessário para a segurança do regime previdenciário carioca. Entre as

entidades estão a Federação das Associações e Sindicatos do Rio (Fasp), o Sindicato dos Profissionais da Educação (Sepe-RJ) e o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (SindJustiça-RJ).

O memorial expedido pelo SindJustiça na Ação de Inconstitucionalidade diz que "embora [a proposta de aumento] invoque como justificativa a busca pelo equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, em verdade (...) mascara uma medida tomada para sanar o problema de gestão fiscal". Além disso, o documento afirma que não houve um estudo atuarial prévio e, portanto, não comprova déficit algum na previdência. "Se não há comprovação do déficit previdenciário, o aumento na alíquota demonstra tentativa velada de desvio de verba previdenciária, (...) tese que se reforça pelo conhecido problema no orçamento fiscal do Estado do Rio de Janeiro".

Para o presidente da Fasp, Álvaro Ferreira Barbosa, "o governo já reteve os três pontos percentuais a mais de parte dos servidores desde setembro, agora tem que devolver". "Assim que o STF julgar o mérito da ação como inconstitucional, nós entraremos com o pedido de ressarcimento", declarou Barbosa, também em entrevista ao HP.

Para o relator do caso, o desembargador Fábio Dutra, os servidores estavam sendo "nitidamente prejudicados" pela má gestão do governo e pelo aumento na taxa. Agora, o processo fica suspenso, vigorando os 11% anteriores, até que o mérito seja apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O Supremo está analisando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), sob relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, vinda de Goiás sobre a mesma situação. Neste caso os servidores estaduais do Rio de Janeiro, assim como de outros estados, agirão como terceiro interessado. Nesta instância ainda não há data definida para a votação.

O professor de direito do Ibmec-Rio, Leonardo Pessoa, confirma que não havia nenhum embasamento teórico ou técnico por trás do aumento, apenas político, e que este afetava de forma preocupante a realidade dos servidores. "Eles decidiram suspender os efeitos da lei justamente por entenderem que o estado não foi capaz de comprovar, através de estudos, que aquele aumento era realmente proporcional, razoável, tendo em vista que os servidores estão sem reajuste, sem aumento. E como se fosse criado um encargo que teve como efeito a redução salarial", afirma.

PEDRO BIANCO



A governadora Cida Borgetti e B. Richa Governo do Paraná barra reajuste a todos os servidores até outubro

A governadora do Paraná, Cida Borgetti (PP), retirou da pauta da Assembleia Legislativa do estado, nesta terça-feira (10), o projeto de lei que previa reajuste salarial aos servidores do executivo para 2019.

O projeto destina o reajuste de 1% (índice abaixo da inflação) ao funcionalismo, e durante a tramitação recebeu uma emenda elevando o índice para 2,76%, e que teve o apoio de 31 dos 54 deputados.

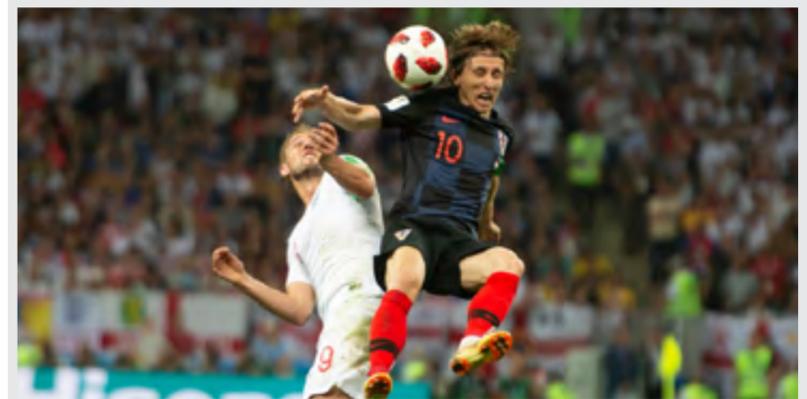
Com a emenda, o reajuste do executivo seria igualado ao dos demais servidores (Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Ministério Público e Assembleia Legislativa), que tiveram esse índice de 2,76% aprovado na Assembleia na segunda-feira, 9. Com o aumento seriam beneficiados 310 mil servidores em todo o estado que sofrem com o arrocho salarial imposto por Beto Richa e Borgetti.

No entanto, a governadora barrou todos os aumentos. Retirou o projeto do executivo de pauta e vetou o reajuste aprovado na segunda-feira, afirmando que quer "deixar esta discussão para após

o período eleitoral para não politizar este tema".

O deputado estadual Márcio Pacheco (PPL) repudiou a decisão: "Três anos brigando por uma reposição inflacionária que já beira os 12%. Cria-se a notícia de que a governadora estaria disposta a discutir essa reposição de 2,76%. Mas o desfecho foi pior que o começo. Declaramos o nosso repúdio e nossa vergonha por tudo que aconteceu nesta tarde na Assembleia. Demonstra quem é e como é esse governo que se dispõe a disputar as eleições no Paraná", afirmou Pacheco.

Os servidores estão sem reajuste desde 2016, quando o governador a época, Beto Richa (PSDB), congelou o reajuste salarial até 2019. Cida alega que o aumento dos servidores prejudicaria o acordo feito com a União que estabelece limites de gastos nos anos de 2018 e 2019. Os servidores protestam: "A decisão é um ato de desrespeito a toda negociação que foi feita até agora, aos servidores (as) e aos (as) deputados que se mostraram favoráveis ao reajuste de 2,76%".



A Croácia derrotou a Inglaterra de virada por 2 a 1 durante a prorrogação Croácia derruba a Inglaterra na prorrogação e faz a final da Copa do Mundo contra a França

A cada fase que a Croácia avançava nesta Copa, a pergunta se repetia: vai superar a geração de 1998, que chegou ao terceiro lugar na Copa da França? Nesta quarta-feira, a resposta veio. A Croácia derrotou a Inglaterra de virada por 2 a 1 na prorrogação e

vai pegar a França no próximo domingo na final da Copa da Rússia. Após a terceira prorrogação seguida, a seleção xadrez desta vez não precisou dos pênaltis para se classificar para a primeira final da sua história. Mandukic fez o gol da virada no começo do

segundo tempo da prorrogação. Trippier abriu o placar de falta no primeiro tempo, mas Perisic igualou no segundo.

O duelo entre Croácia e França terá sabor de revanche: foi diante dos franceses que os croatas caíram nas semifinais de 98.

TRT anula dívida de R\$ 67,5 mil de ex-funcionária ao Itaú por perder ação

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª região (TRT-1) anulou a sentença que condenava uma ex-bancária a pagar R\$ 67,5 mil ao Itaú Unibanco por ter perdido uma ação trabalhista. De acordo com informações do Uol, a decisão foi tomada com base na definição do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de que ações anteriores à reforma trabalhista não podem ser julgadas conforme a nova lei.

De acordo com a reforma, o lado que perde a ação deve pagar todos os custos do lado vencedor. São os chamados "honorários de sucumbência". A medida, de certo, serve para prejudicar o lado mais fragilizado da relação que, por medo de perder e ser penalizado por isso, está deixando de ingressar

na Justiça do Trabalho. Em junho, o TST decidiu que as ações ajuizadas antes da entrada em vigência da reforma, ou seja, antes de 11 de novembro de 2017, não podem considerar essa regra. Este foi o caso da ação levada pela ex-funcionária, que foi ajuizada em 11 de julho de 2017. Na ação, ambos ganharam e perderam em diferentes pontos e com isso, o Itaú foi condenado a pagar R\$ 7.500,00 à ex-bancária, enquanto esta foi condenada a pagar R\$ 65,7 mil.

Segundo os advogados da ex-funcionária "o que deve ser comemorado é o que isso representa: dar segurança jurídica ao trabalhador que ingressa com esse tipo de processo, no sentido de que não vai ser aplicada uma multa desigual".

Sublevação haitiana barra aumento dos combustíveis



Haitianos exigem o afastamento do presidente que baixou a funesta medida

Obrador: "Pemex vai modernizar e construir refinarias para reverter as importações"

O presidente eleito do México, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), declarou que priorizará a revisão da Reforma Energética através da qual o atual presidente, Peña Nieto, sucateou a estatal Petróleos Mexicanos, PEMEX. "Em um mês vamos ter o plano de quando e onde vai se iniciar a construção de novas refinarias e a reabilitação das seis que existem atualmente e estão abandonadas e que requerem reconfiguração e modernização para processar mais petróleo cru", disse Obrador em sua sede de campanha de onde organiza a transição presidencial.

AMLO, eleito com 53,7% dos votos, declarou que pretende investir 6 bilhões de dólares para construir duas refinarias nos estados de Campeche e Tabasco, no Golfo de México, para reduzir a injustificável importação de quase 60% da gasolina que se consome no país.

"Não podemos só exportar o petróleo cru e comprar de fora o refinado. E além disso, está caindo a produção de petróleo; e não se pode refinar se não se tem o petróleo", disse o líder que se opôs abertamente



"Não podemos exportar cru e importar refinado"

à reforma energética 'constitucional' que pôs fim ao monopólio da indústria petrolífera que durou oito décadas e já foi a base do desenvolvimento do país.

"A estatística que temos que reverter é dolorosamente reveladora. A produção de petróleo tem vários anos consecutivos de queda", afirmou Rocio Nahle, já nomeada para ocupar o Secretariado (equivalente ao nosso ministério) de Energia do próximo governo.

Indicou que hoje o Sistema Nacional de Refino (SNR), integrado por seis refinarias, opera unicamente com 40% de sua capacidade, quando há apenas dez anos, em 2008, estava operando acima de 90% da ca-

pacidade. Enquanto isso, o México é atualmente o maior mercado das refinarias dos Estados Unidos e suas compras de gasolina e diesel cresceram rapidamente nos últimos anos. 75% de todo o combustível que se consome hoje no país provém das refinarias dos EUA, segundo dados da PEMEX.

"As regras do jogo vão mudar. Corrupção zero e impunidade zero. As empresas que têm demonstrado que seu ADN é corrupto, vão ser julgadas. Vamos fazer com que se respeitem as regras e retomem a produção e o refino de petróleo", sublinhou Javier Jiménez Espriú, próximo titular da pasta de Comunicações e Transportes.

Boaventura Sousa Santos: "sem a renúncia do casal presidencial não deverá haver paz na Nicarágua"

"Contam-se já muitas dezenas de mortes causadas pelas forças policiais e por milícias afetas ao partido do governo. Tudo leva a crer que não haverá solução pacífica sem a renúncia do casal presidencial Ortega-Murillo e a convocação de eleições antecipadas livres e transparentes", afirmou o escritor Boaventura de Sousa Santos, professor da Universidade de Coimbra, no artigo *As Veias Abertas da Nicarágua*, publicado recentemente.

"Pode um governo continuar a designar-se de esquerda - e até revolucionário - apesar de seguir todo o ideário do capitalismo neoliberal com as condições que este impõe e as consequências que gera?", questionou Boaventura. A receita neoliberal é clara, apontou, "com a desregulação da economia, a assinatura de tratados de livre comércio e a criação de parcerias público-privadas que garantiam polpudos negócios ao setor privado capitalista à custa do erário público". "Há grande

concentração da riqueza, total dependência dos preços internacionais dos produtos de exportação - nomeadamente café e carne -, autoritarismo crescente perante o conflito social causado pela extensão da fronteira agrícola e pelos megaprojetos - por exemplo, o grande canal interoceânico, com financiamento chinês - e aumento desordenado da corrupção, a começar pela elite política no governo", frisou.

O professor lembrou que pertence à geração dos que nos 80 vibraram com a Revolução Sandinista e a apoiaram ativamente, por tudo o que significava como "emergência de uma contra-corrente auspiciosa". "Resultava não só das transformações concretas que protagonizava - participação popular sem precedentes, reforma agrária, campanha de alfabetização que mereceu prêmio da Unesco, revolução cultural, criação de serviço público de saúde, etc - mas também do fato de tudo isto ser realizado em condições

difíceis devido ao cerco externamente agressivo dos EUA de Ronald Reagan, que envolveu o embargo econômico e o infame financiamento dos 'contras' e o fomento da guerra civil".

Entretanto, a Nicarágua, como, de resto, toda a América Central, ressaltou Boaventura, "esteve fora do radar da opinião pública internacional e da própria esquerda latino-americana, até que em abril passado os protestos sociais e a violenta repressão de que foram alvo chamou a atenção do mundo". "Os democratas, em geral, e as forças políticas de esquerda, em especial, têm razões para estar perplexos. Mas têm sobretudo o dever de reexaminar as opções recentes de governos considerados de esquerda em muitos países do continente e questionar o seu silêncio perante tanto atropelo de ideais políticos durante tanto tempo. Por esta razão, este texto não deixa de ser, em parte, uma autocrítica", sublinhou.

PC da Venezuela condena a "perseguição e criminalização dos que defendem os seus direitos"

A direção do Partido Comunista da Venezuela (PCV) condenou o assédio, a perseguição e a criminalização movidas contra o movimento operário-camponês, comunitário e popular que, em defesa de seus direitos e conquistas, denuncia desmandos e irregularidades do governo Maduro.

O secretário-geral do PCV, Oscar Figueroa, apontou casos deste tipo de "conduta estatal" em Guárico, Zulia e Mérida, além de mencionar casos

semelhantes nos estados de Cojedes, Portuguesa, Barinas, Apure, Trujillo e no oriente venezuelano, onde diferentes instituições dependentes do Ministério da Alimentação e do Ministério de Agricultura e Terras, com funcionários da Guarda Nacional e do Exército, estão empenhadas em reverter os inumeráveis avanços iniciados pelo presidente Hugo Chávez.

"Está se afirmando uma linha que tenta criminalizar

os pequenos e médios produtores antes de investigar os grandes hierarcas do Estado, responsáveis por políticas e da administração de importantes recursos e que não prestaram contas ao país", condenou o PCV. Para Figueroa, é inconcebível que "uma luta que está unida à defesa dos interesses gerais do nosso povo sejam abertamente atacadas por muitas compostas por funcionários civis e militares, empresários e latifundiários".

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (16)

Continuação da página 8
Como faz Lévi-Strauss para transplantar essa teoria para a antropologia? Como faz para tratar as relações de parentesco como "uma espécie de linguagem"?

Simplesmente, substituindo as palavras pelas mulheres.

Escreve Lévi-Strauss: "Toda a demonstração, cujas principais articulações recapitulamos acima, pode ser levada a bom termo com uma condição: considerar as regras de casamento e os sistemas de parentesco como uma espécie de linguagem, ou seja, um conjunto de operações destinadas a garantir um certo tipo de comunicação entre os indivíduos e os grupos. O fato de aqui a 'mensagem' ser constituída pelas mulheres do grupo que circulam entre os clãs, linhagens ou famílias (e não, como na linguagem em si, pelas palavras do grupo circulando entre indivíduos) não altera em nada a identidade do fenômeno, considerado em ambos os casos" (cf. Claude Lévi-Strauss, *Antropologia Estrutural*, trad. Beatriz Perrone-Moisés, Cosac Naify, 2014, pp. 72-73, grifos nossos).

Sem a condição de considerar as mulheres como "mensagem", tal como as palavras são na língua, a teoria de Lévi-Strauss sobre o parentesco não existe. Premissas desse tipo são fáceis de estabelecer. Mas não dizem nada sobre a verdade - ou seja, sobre a realidade, exceto que existem acadêmicos que são muito imaginosos ao estabelecer premissas que só existem em suas cabeças.

Como diz Anderson, depois dessa transformação do parentesco em linguagem, "a própria economia foi então incluída, sob a rubrica de uma troca de bens que formava um sistema simbólico comparável à troca de mulheres nas redes familiares e à troca de palavras na linguagem".

Em seguida, "a próxima grande ampliação do modelo linguístico foi, naturalmente, a reformulação da teoria psicanalítica por Lacan. 'O inconsciente', anunciou ele, 'é estruturado como uma linguagem'" (op. cit., pp. 47-48).

Explicitamente, isso se choca com a concepção de Freud sobre o inconsciente. Mas Lacan realizou esse ataque à psicanálise sob a palavra de ordem de uma suposta volta a Freud...

Do ponto de vista científico, o estruturalismo era - e continua sendo - uma estupidez. Não é possível, por analogia, reduzir toda e qualquer coisa, ou toda e qualquer relação, a uma linguagem.

Por exemplo, "o parentesco não pode ser comparado à linguagem como sistema de comunicação simbólica no qual mulheres e palavras são respectivamente 'trocadas', porque, na linguagem, é possível 'reutilizar livremente todas as palavras dadas', tantas vezes quanto desejar posteriormente, ao passo que os casamentos - ao contrário das conversas - são geralmente obrigatórios: as esposas não são recuperáveis por seus pais após a cerimônia" (Anderson, op. cit.).

Da mesma forma, ou, pior, "nenhuma economia pode, de forma alguma, ser primariamente definida em termos de troca: a produção e a propriedade são sempre prioritárias".

Logo, o estruturalismo, com sua redução de toda e qualquer coisa, ou fenômeno, a uma linguagem, "opera, na verdade, para encobrir todas as relações de poder, exploração e desigualdade".

Definindo a questão com outras palavras: uma língua é um instrumento de comunicação humana. Como tal, não tem caráter de classe - existiam línguas quando ainda não existiam classes e continuarão a existir quando as classes forem abolidas (v. Stalin, *Sobre o marxismo e a linguística*, 1950).

Mas isso não é verdade para a economia e a sociedade em geral. Tratá-las, nas palavras de Lévi-Strauss, "como uma espécie de linguagem", serve para ignorar ou esconder o caráter e a dominação de classe.

POBREZA

No entanto, o estruturalismo foi deixado à solta, no início da década de 60.

A maior parte dos marxistas ainda estava, nessa época, perplexa, depois do XX Congresso do PCUS, em 1956.

O desenvolvimento da teoria marxista foi levado a um retrocesso ou a uma estagnação.

Assim, as universidades foram tomadas por estruturalistas e seus "significantes", "significados", "semióticas" - e o escambau. Até hoje existem universidades que conservam cadeiras de "semiótica", cuja função é mais torturar os alunos do que fornecer algum tipo de conhecimento.

Sujeitos que proclamavam o marxismo, tornaram-se fanáticos do estruturalismo - compare-se, por exemplo, "Mitologias", um dos primeiros livros de Roland Barthes, de 1957, com "S/Z", sua análise de "Sarrasine", de Balzac, publicada em 1970.

Uma grande monotonia e falta de criatividade tomou a crítica literária - lembro-me, especialmente, de um livro de Tzvetan Todorov, "As Estruturas Narrativas", que alguns, na PUC do Rio, tratavam como obra genial. Bastava o sujeito falar no "significante" e no "signo" para ser genial...

O estruturalismo, diante da paralisia dos marxistas nos países centrais, tornou-se, então, o caminho para o irracionalismo e a reação.

Continua na próxima edição

A rebelião que sacudiu o país após elevação de até 50% nos preços dos combustíveis fez governo recuar da excrecência exigida pelo FMI

Com uma greve que paralisou a capital haitiana, Porto Príncipe, na segunda e terça, antecedida por três dias de sublevação que incluiu saques e confrontos com as forças policiais, os haitianos rechaçaram os aumentos nos preços dos combustíveis. Durante os protestos, cresceu a exigência de afastamento do governo.

Os protestos contra o governo tiveram início na sexta, em resposta ao anúncio de aumento dos combustíveis, atendendo a um dos ditames do FMI, parte de cortes em investimentos e programas sociais exigidos em troca de financiamento.

O fim dos subsídios nos combustíveis foi anunciado dia 6, e entrou em vigor no dia seguinte. Os preços dos combustíveis, associados pela população à elevação do custo de vida, sofreriam aumentos entre 38% e 50%. Já no sábado, a gasolina aumentou 38% e o diesel 47%, e o querosene, que é massivamente utilizado pela população, para iluminação e até para cozinhar, teve seu preço elevado em cerca de 50%.

Para se ter uma ideia do nível de renda dos haitianos, e o impacto dos aumentos, sobretudo do querosene, o salário diário de um trabalhador têxtil da cidade de Porto Príncipe, que está entre os mais altos do país, alcança cerca de 400 gourdes. Com o fim dos subsídios, o preço do litro do querosene, atingiu 262 gourdes, a gasolina, cerca de 300 gourdes, e o diesel, 265 gourdes. Um gourde, que é a moeda local do Haiti, tem seu valor avaliado na faixa de US\$ 0,015.

A baixa renda pode ser verificada ao se constatar que o preço de um litro de combustível equivale a dois terços do salário diário de um trabalhador, que não vê aumento há muito tempo, com a economia arrasada pelos confrontos civis e diversos desastres naturais. Porém, a pobreza generalizada não impediu que o FMI saudasse a medida de arrocho. "A missão [do FMI] saúda a intenção do governo de eliminar os subsídios aos preços dos combustíveis", diz comunicado datado de junho, no qual usa como pretexto a necessidade de baixar a inflação do país, que hoje está em 12,7% ao ano. Muito justo, desde que não sob aumento do aperto do povo haitiano.

Com o anúncio do governo, a sublevação foi ampla e rápida na mesma sexta, dia dos aumentos. As ruas passaram a pedir a saída do presidente, Jovenel Moise. Milhares de barricadas foram erguidas por todo o país, e tanto o comércio fechou suas portas quanto os transportes pararam. No bairro de Delmas 83, em Porto Príncipe, ao menos um oficial da Polícia Nacional do Haiti foi morto e uma fábrica da Coca-Cola foi incendiada. Em outro vilarejo, em Alterpresse, os

policiais nem mesmo tentaram impedir os protestos. Na cidade de Artibonite, os manifestantes atearam fogo em um tribunal, e na comuna de Petit-Goâve, diversos escritórios do governo foram depredados.

Entre sexta e sábado, o abastecimento de água e comida se viu completamente prejudicado, os saques ocorreram por todo o país.

Embora o número de mortes entre os civis não tenha sido informado, dezenas de casos já foram noticiados, a exemplo dos dois jovens mortos em Porto Príncipe, ou do segurança de um político, que ao tentar cruzar uma barricada a força, foi linchado e depois incinerado.

Ainda no sábado, as aviações American Airlines, Air France, Delta, JetBlue e Spirit cancelaram os voos a Porto Príncipe. Com os protestos tomando conta do país, o fim dos subsídios resistiu poucas horas, e ainda no sábado os aumentos foram revogados pelo governo, conforme publicação no Twitter do Primeiro Ministro do país, Jack Guy Lafontant. Mesmo assim, ao confirmar a revogação da medida em rede nacional, Moise insistiu que pretende dar continuidade aos cortes do FMI.

Os protestos permaneceram no domingo, e na segunda teve início a greve geral com duração de dois dias. O alvoroço dentro do governo já levou à renúncia do ministro das Comunicações. Deputados somaram-se à campanha pela renúncia do presidente como única solução para a crise.

Bolton, assessor de Segurança Nacional dos EUA, consultou governos da América Latina e Caribe se teriam condição de receber o presidente e seus familiares.

A greve, iniciada na segunda, foi convocada pelos sindicatos - reforçando a exigência de afastamento de Moise - e em consequência dos protestos de sexta, sábado e domingo. A esse movimento se somaram empresários, a exemplo dos integrantes do Fórum Econômico do Setor Privado, que emitiram um comunicado pedindo a renúncia do premiê.

Moise foi eleito com apoio do ex-presidente Michel Martelly, obrigado a renunciar pela pressão popular devido a escândalos de corrupção. A renúncia resultou nas eleições de 2016, que elegeram Moise com os votos de menos de 20% dos eleitores. As eleições de 2016 aconteceram depois da anulação das ocorridas no ano anterior, sob manifestações contra a ocorrência de fraude a favor do candidato preferido pelos intervencionistas norte-americanos. Dos candidatos ao primeiro turno nas eleições presidenciais de 2015, oito rejeitaram os resultados alegando fraude.

GABRIEL CRUZ

Medida de Macri para atender ao FMI ameaça demitir 7 mil

O governo de Macri, através de decreto publicado dia 10, decidiu cortar o convênio de assistência técnica com as universidades, o que desempregará cerca de 7 mil trabalhadores contratados em distintas áreas do Estado. A medida foi divulgada poucas horas após a enorme marcha de protesto contra o acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que define aprofundar o arrocho para enxugar o Estado. O decreto pretende congelar os salários dos servidores até dezembro de 2019, isso no momento em que a inflação nos primeiros 6 meses do ano já ultrapassou os 13%.

"Estamos trabalhando para que a Argentina se transforme em um país sustentável. O Estado é pago por nós todos. Com estas medidas baixamos um gasto que é, em boa medida, improdutivo", tentou justificar o ministro de Fazenda, Nicolás Dujovne, em coletiva, despertando mais indignação na população. A Confederação Geral do

Trabalho (CGT) emitiu um comunicado contra a política econômica do presidente, que denunciou como "contrária à emancipação econômica que deveríamos comemorar [referindo-se ao 9 de julho de 1816, data da independência argentina]" e "contra o acordo acertado com o FMI, cujas consequências recairão sobre trabalhadores e aposentados".

"A submissão ao FMI agrava a situação dos trabalhadores argentinos provocando a perda de direitos por imperativo de suas condenáveis formas hegemônicas comprováveis onde quer que tenha se imiscuído", acrescentou.

Alejandro Fernández, da direção da Associação de Trabalhadores do Estado (ATE), advertiu que o decreto revisa as normas de contratação e da estrutura salarial impedindo que sejam empregados em outros setores e possibilitando mais demissões.

Israelenses processam governo por vender armas a nazistas na Ucrânia

Um grupo de 40 israelenses, ativistas de direitos humanos, peticionou a Corte Suprema exigindo a interdição do 'negócio' através do qual armas israelenses chegaram às mãos das milícias nazistas ucranianas Azov.

Segundo o jornal Haaretz, as milícias, munidas de armamento israelense são apoiadas pelo Ministério do Interior da Ucrânia.

O jornal denuncia que "não é a primeira vez que o Ministério da Defesa de Israel arma forças que abraçam ideologia antijudaica e nazista, ou que cometem genocídio".

É o caso de armarem os separatistas do Sudão do Sul que provocaram um conflito com centenas de milhares de mortos e milhões de deslocados.

Don Trump na Otan: preço da ocupação subiu para 4% do PIB



Membros da Otan observam subida do preço da “proteção” cobrado por Trump

Tailândia cuida agora da saúde dos garotos e familiares aguardam aliviados a recuperação

Nesta quarta-feira (11) imagens divulgadas pelas autoridades tailandesas mostraram os 12 meninos tailandeses e o treinador do time de futebol “Javalis Selvagens”, que foram resgatados de uma caverna alagada após 17 dias, em camas hospitalares em Chang Rai, usando máscaras cirúrgicas e acenando à câmera, assim como a emoção dos pais os observando através de um vidro. A Tailândia e o mundo inteiro estão comemorando o sucesso da arriscada operação, que reuniu 90 mergulhadores de elite e quase mil pessoas no apoio.

Em plena realização da Copa do Mundo, a odisseia dos “12 javalis” de idade entre 11 e 17 anos comoveu o planeta, atraiu atenções, preces e uma torcida imensa. O salvamento foi feito em três etapas, com quatro meninos retirados da caverna no domingo – os que estavam em melhores condições –, outros quatro na segunda-feira e os demais e o treinador, Ekarat Wongsukchan, de 25 anos, na terça-feira. Eles realizaram exames, receberam antibióticos, foram vacinados contra o tétano e a raiva e seu estado é considerado bom. Durante nove dias, os “javalis” ficaram sem comida, e durante 17 dias, na escuridão e umidade. Eles foram encontrados no dia 2, pelo mergulhador inglês John Volanthen, amontoados em uma encosta lamacenta, quase quatro qui-

lômetros caverna adentro.

Agora, começam a ser divulgados mais detalhes sobre o ousado resgate. Como assinalou o contra-almirante Apakorn Youkongkaew, que dirigiu os mergulhadores, a caverna “era diferente de tudo que já havíamos experimentado”. Durante 23 horas chegou a ser perdido o contato com duas equipes enviadas para a caverna. O ex-mergulhador militar e voluntário Saman Kunan, de 38 anos, morreu na fase inicial da operação, ao voltar de levar tanques de oxigênio para o resgate.

Após uma semana tentando bombear água da chuva para fora da caverna, por solicitação do comando da operação chegou um contingente de mergulhadores especializados em cavernas da Inglaterra, China, Austrália e EUA, e bombas mais potentes. “Nossas crianças não são incríveis?”, assinalou Youkongkaew, se referindo à bravura e tenacidade com que as crianças suportaram situação tão extrema, sem saber se a ajuda chegaria.

A queda do oxigênio para um nível perigoso e o temor de que os meninos entrassem em coma pela privação de oxigênio forçou a decisão de apressar o resgate. O outro fator foi a chegada das monções, a estação das chuvas torrenciais. “As crianças não teriam nenhum

lugar para ficar. Eles tinham apenas um espaço de cinco metros por cinco metros, que seria gradualmente reduzido”, disse Narongsak Osatanakorn, chefe do centro de comando conjunto da operação. O líder do contingente chinês de socorristas, Wang Yingjie, disse que não tinha certeza, no início do resgate, se os esforços seriam bem-sucedidos. “Não tivemos escotilha”, relatou durante almoço de confraternização em Mae Sai, o lugarejo de onde os 12 meninos vieram. Nos trechos sob água turva, os 12 meninos, que usavam máscaras de mergulho faciais, estavam presos a mergulhadores, que propiciavam o oxigênio a eles.

“Quando vi o primeiro menino [emergir], senti que terminamos um passo com sucesso. Ficamos felizes. Então, quando vi a segundo menino, achei que nosso plano estava funcionando”, acrescentou Wang. Ele saudou a cooperação entre os mergulhadores de diferentes países.

Outra marca da operação foi a recusa ao exibicionismo e ao clima de ‘montanha dos sete abutres’ tão característica da cobertura da grande mídia ocidental. As autoridades tailandesas protegeram os meninos e suas famílias das câmeras de televisão, não divulgaram os nomes dos que já haviam sido resgatados, em respeito às famílias, e o que havia para ser mostrado eram ambulâncias e helicópteros.

Pequim repudia EUA por anúncio de taxa de 10% sobre US\$ 200 bilhões em produtos chineses importados

O ministério do Comércio chinês repudiou o anúncio, feito pelo representante de Comércio dos EUA, Robert Lighthizer, de sobretaxa de 10% sobre US\$ 200 bilhões em exportações chinesas, afirmando que Pequim “será forçado a tomar as contramedidas necessárias”. Na semana passada, Pequim respondeu com sobretaxas sobre US\$ 34 bilhões de produtos americanos após ataque comercial nesse montante desencadeado por Washington.

A China irá apresentar uma queixa adicional à OMC sobre esses atos unilaterais dos EUA, que chamou de “completamente inaceitáveis”. A chancelaria chinesa classificou as ameaças

de Washington de “intimidações típicas” e “luta entre o unilateralismo e o multilateralismo”. A nova lista de Washington inclui mais de 6 mil produtos chineses.

Conforme o jornal chinês “Global Times”, “a lista tarifária mais recente mostra que os EUA não conseguiram subjugar a China com ameaças tarifárias anteriores e decidiram aumentá-las. Não se sabe se Washington pretende realmente aplicar a lista ou simplesmente extorquir a China”.

As tarifas mais recentes passarão nos EUA por um processo de revisão e audiências de 20 a 23 de agosto e a decisão sobre a

implementação será tomada até 30 de agosto. Também em agosto a Casa Branca decidirá quanto a sobretaxas a outros US\$ 16 bilhões em produtos chineses.

A ação do governo Trump foi ainda contestada dentro dos EUA. Porta-voz da Câmara de Comércio dos EUA alertou que “a imposição de tarifas sobre outros US\$ 200 bilhões em produtos aumentará os custos de bens de consumo diário para as famílias americanas”. O presidente do comitê de Finanças do Senado dos EUA, o republicano Orrin Hatch, advertiu que o anúncio parece “imprudente” e não é uma abordagem “com o direcionamento correto”.

Alemães exigem: “Parem com as mortes no Mediterrâneo!”

Milhares de pessoas participaram de uma manifestação no sábado (7) em Berlim e outras cidades da Alemanha, em defesa dos refugiados e dos barcos humanitários que navegam no Mediterrâneo salvando milhares de vidas.

Sob o lema “Parem com as mortes no Mediterrâneo”, o protesto condenou a política migratória defendida pela chanceler Merkel na União Europeia, que pretende não só fechar o bloco para os refugiados das guerras do Oriente-Médio e norte da África, mas também acabar com os resgates humanitários.

Os alemães demonstraram o seu apoio às organizações humanitárias que operam no mar Mediterrâneo, assim como a outras ongs que tem sido impedidas de atuar em defesa dos migrantes. Durante o protesto foi prestada uma homenagem ao capitão alemão, que após ser indiciado por conduzir um navio humanitário, foi obrigado a pagar fiança para não ficar preso.

Além de Berlim, houve manifestações nas cidades de Hamburgo, Hanôver, Bremen, Munique e Ulm. As manifestações ocorreram em resposta à Cúpula

da União Europeia, ocorrida há algumas semanas, quando Alemanha e França tentaram aprovar medidas para criminalizar os barcos humanitários, reprimindo ainda mais a imigração e os refugiados.

Segundo a agência de refugiados da ONU, a ACNUR, este é um dos anos mais mortais para os migrantes que tentam cruzar o Mediterrâneo. Desde o início do ano, houve mais de 1.400 mortes e/ou desaparecimentos, dos quais, pelo menos 400 ocorreram nas duas últimas semanas do mês de junho.

PC russo conclama: “nem um único voto para o aumento da idade para a aposentadoria”

O vice-presidente do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), Yuri Afonin, participou da discussão sobre o aumento da idade de aposentadoria, proposto pelo premiê Dmitry Medvedev, realizada em Moscou, no sábado (7). Medvedev quer aumentar a idade da aposentadoria em cinco anos para os homens – de 60 para 65 anos – e em oito anos para as mulheres, de 55 para 63 anos. Com isso, regiões como a Sibéria – em que a expectativa de vida é de 55 anos – ou Tira, onde é de 64,4 anos – homens e mulheres morreriam sem sequer poder usufruir do direito. Em média, os homens russos vivem dez anos a menos do que as mulheres, 66,5 anos, enquanto as russas geralmente vivem em torno de 77 anos. Abaixo, os principais trechos da matéria sobre esse debate, publicada no portal do PCFR.

A visão do governo para aumentar a idade de aposentadoria foi defendida pelo deputado do partido Rússia Unida na Duma, Alexander Sidiyakin. Seus argumentos se resumiram, principalmente, a que a proporção entre aposentados e trabalhadores ativos no país mudou criticamente, de forma que os trabalhadores ativos não conseguem mais garantir fundos suficientes para pagar as aposentadorias. Em sua opinião, o crescente déficit do Fundo de Pensões já não pode ser compensado pelo Orçamento, de modo que aumentar a idade de aposentadoria é objetivamente inevitável.

Yuri Afonin assinalou que, de fato, é difícil criar uma desculpa para aquilo que, de acordo com diferentes pesquisas, é rejeitado por de 80 a 90% da população. Ele observou que nenhum argumento das autoridades para elevar a idade de aposentadoria pode ser considerado sério. Para subir a idade, particularmente absurdo é argumentar que nossa expectativa de vida cresceu. “Nos últimos 30 anos cresceu apenas dois anos, apesar de todos os avanços na medicina e tecnologia, e querem aumentar a idade de aposentadoria em 5-8 anos”. No “decreto de maio”, há uma previsão de que até 2030 a expectativa de vida deve aumentar para 80 anos. Mas o aumento da idade da aposentadoria será formalizado por lei, e o aumento suposto na expectativa de vida não está de forma alguma garantido – já vimos como os “decretos de maio” não cumpriram as promessas de dobrar o PIB.

O vice-presidente do PCFR observou que a maior parte do déficit do Fundo de Pensões pode ser eliminado apenas abolindo a escala regressiva do imposto para contribuições de pensão: remover o limite de 85 mil rublos, acima do qual a percentagem de pagamentos se reduz. Agora o que acontece é que a maioria das pessoas com pequenos salários paga uma porcentagem maior do que os trabalhadores que ganham mais. Se você tem a oportunidade de pagar milhões de rublos aos seus principais gerentes, então pague 22% do total do salário deles ao Fundo de Pensão.

Além disso, salientou Yuri Afonin, o PCFR tem repetidamente proposto medidas para aumentar as entradas do Orçamento, o que permitiria resolver o problema da escassez de dinheiro para pagamentos de pensão sem aumentar a idade. Isto é em primeiro lugar a introdução de um imposto progressivo sobre a renda e a nacionalização da base dos recursos minerais e matérias-primas. O representante da “Rússia Unida” imediatamente repetiu o argumento padrão contra o imposto progressivo: todos vão sonegar”. Mas então para que a Rússia alimenta tal exército de agentes da ordem, retrucou Afonin? E no próprio sistema de pensões tem que colocar as coisas em ordem, disse ele, e então haverá não poucos recursos. Por exemplo, precisa descobrir quanto dinheiro é gasto na administração do próprio Fundo.

Ele também disse que a tentativa das autoridades de introduzir uma divisão geracional na sociedade – a promessa de um milésimo aumento previdenciário para os aposentados de hoje – será obviamente um fracasso. O nosso povo é inteligente e rapidamente percebeu: se os que têm 55-60 anos, filhos dos atuais mais velhos, perderem o trabalho e não tiverem pensões, quem os alimentará? Difícilmente serão os mais jovens – eles estão lutando para pagar uma hipoteca e criar filhos. Eles pedirão ajuda aos pais aposentados. Este argumento não tem chance de enganar ninguém – os pensionistas também são contra o aumento da idade de aposentadoria, porque eles pensam nos seus filhos.

O público que estava na sala se juntou à discussão. Argumentos surpreendentes foram trazidos por cientistas políticos pró-governo para justificar o aumento da idade de aposentadoria. Dizem eles que quanto mais tarde uma pessoa se aposentar mais ela vive. O deputado estadual da Duma, Denis Parfenov, observou acertadamente que, de acordo com essa lógica, a abolição das aposentadorias em geral é um passo em direção à imortalidade. O representante do Partido dos Aposentados pela Justiça, na maior falta de vergonha, disse que as mulheres com mais de 40 anos, entre as quais eles realizaram uma pesquisa, votaram para elevar a idade de aposentadoria. “Bem, nossas mulheres não querem envelhecer!” – comoveu-se o “aposentado profissional”. Aumento de renda sob a forma de pensão, aparentemente, os ricos também não querem. Após tais declarações, fica imediatamente claro por que tais partidos existem.. O vice-presidente do Comitê Central do PCFR, disse que o Partido está determinado a lutar contra o aumento da idade da aposentadoria, convoca as pessoas a protestar e a realizar um referendo. “E vocês também levem as pessoas para manifestações em apoio ao aumento da idade de aposentadoria”, sugeriu ironicamente Afonin ao partido Rússia Unida e seu grupo de apoio. “Eu realmente quero ver seus partidários”, disse.

“Há um partido que defende aumentar a idade de aposentadoria que é o partido ‘Rússia Unida’” concluiu Afonin. “O Partido Comunista da Federação Russa apresenta um desafio: nenhum voto para aumentar a idade de aposentadoria em qualquer eleição”, disse.

Trump afirma proteger “Alemanha, França e todos esses países. Então, muitos deles fazem acordo de bilhões com a Rússia para obter energia. Isso não deveria ser permitido”, reclamou

Na cúpula da Otan, que está ocorrendo em Bruxelas nesta quarta-feira (11) e quinta-feira (12), o presidente dos EUA, Donald Trump, surpreendeu os ‘parceiros’ europeus ao comunicar que, agora, não teriam que pagar só os 2% do PIB de gasto militar que já vinha exigindo, mas “4% do PIB”. Em resumo, o preço da ocupação dos países europeus por bases e dezenas de milhares de soldados norte-americanos, que já dura décadas, acaba de dobrar para 4% do PIB, anunciou Don Trump.

Evidentemente, o aumento da despesa militar – que está sendo cobrado em paralelo à guerra comercial de Trump com praticamente o mundo inteiro – é para ser gasto em armas norte-americanas, senão, para que serviria? Como consta no manual da máfia, quer proteção, tem que pagar (e se não quiser, paga também, após devidamente aconselhado pelo serviço de convencimento espontâneo).

A confirmação da elevação da taxa de extorsão foi feita pelo presidente búlgaro, Ruman Radev, a repórteres: “O presidente Trump, que falou primeiro, levantou a questão não apenas de atingir 2% hoje, mas (definir) uma nova meta – 4%”. Depois de largar a nova tabela de preço da proteção na cúpula, Trump saiu.

O que foi logo confirmado pela porta-voz da Casa Branca. “Trump sugeriu que os países não apenas cumpram seu comprometimento de 2% de seu PIB com gastos em defesa, mas aumentem para 4%”, disse Sarah Sanders a repórteres. “Ele quer ver nossos aliados compartilharem mais o fardo e, no mínimo, cumprirem suas obrigações já estabelecidas”.

Na segunda-feira, milhares de pessoas marcharam em Bruxelas para repudiar Trump e o aumento dos gastos com armas e guerras, enquanto se cortam aposentadorias, salários, saúde, educação, direitos trabalhistas e se reprime a imigração, alegando falta de recursos e endividamento. Na semana passada, direto do Air Force One havia sido feita a advertência de que “os EUA costumam ser o cofrinho do mundo e isso tem de parar”.

Aliança imperialista anacrônica, criada para barrar revoluções na Europa ocidental, sob o pretexto de ameaça de invasão soviética, a Otan não se dissolveu quando a União Soviética acabou, e ainda estende a atuação para fora do próprio teatro de operações previsto por sua carta, como na invasão do Afeganistão e destruição da Líbia. Na frase famosa de um general ianque, a Otan é para “manter os americanos dentro, os russos, fora, e os alemães por baixo”.

As vésperas da cúpula, a truculência de Trump sobre os 2% do PIB já havia merecido algumas respostas. Na segunda-feira, o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, afirmou que seu país “não ia” dobrar seu atual gasto militar, para 2%. O presidente do Conselho Europeu, o polonês Donald Tusk, aconselhou Trump a apreciar os aliados, porque “não são muitos”. Ele acres-

centou que a União Europeia já tem um gasto militar “superior ao da Rússia e equivalente ao da China”.

No café da manhã com o secretário-geral da Otan, o norueguês Jens Stoltenberg, a coisa já começara a feder, com Trump dizendo a ele que a Alemanha se tornara “prisioneira” de Moscou devido à dependência do fornecimento de energia. “Nunca deveria ter sido permitido que isso acontecesse”, disse Trump, conforme o Guardian.

“A Alemanha é totalmente controlada pela Rússia porque vai receber 60% a 70% de sua energia da Rússia e um novo gasoduto”, continuou Trump. “Além disso, a Alemanha está pagando apenas um pouco mais de 1% [do PIB para contribuição de defesa da Otan], enquanto os Estados Unidos estão pagando 4,2% de um PIB muito maior”. Ele também insistiu em que o aumento do gasto militar alemão deveria ser imediato, e não escalonado, até 2025, como Berlim quer.

Aos repórteres, Trump disse que “estamos protegendo a Alemanha, estamos protegendo a França, estamos protegendo todos esses países. E então muitos dos países saem e fazem um acordo com a Rússia, onde estão pagando bilhões de dólares para os cofres da Rússia”, disse ele. “Eu acho que isso é muito inapropriado.” Naturalmente, somente os incrédulos com o espírito humanitário de gente como Trump viu nisso a exigência de que Berlim, ao invés do gás russo, pagasse mais caro pelo gás de fracking americano...

TABELA

Antes de anunciar a subida da tabela de “proteção”, Trump reclamou no plenário da Otan que somente cinco países tinham cumprido os 2% do PIB de gasto militar, e 23 não. No caso, além dos EUA, só Grã Bretanha, Polónia, Grécia e Estónia. De volta ao Twitter, antes de sair para jantar, disparou: “de que adianta a Otan se a Alemanha está pagando à Rússia bilhões de dólares por gás e energia? Por que só 5 dos 28 países cumpriram seu compromisso? Os EUA estão pagando pela proteção da Europa e depois perdem bilhões em comércio. Deve pagar 2% do PIB IMEDIATAMENTE, não até 2025”.

A primeira-ministra Angela Merkel respondeu como pôde, dizendo que viera “do leste da Alemanha” e que agora a Alemanha Federal era “independente” para tomar suas “decisões independentes”, além de “fazer muito pela Otan”. Já o presidente francês Emmanuel Macron asseverou que suas discussões com Trump haviam sido “produtivas”. Theresa May, cujo governo anda desmanchando e que será anfitriã de Trump em Londres nesta quinta-feira, disse que “pode e deve ser feito mais” em termos de gastos com defesa, mas não se comprometeu com os 4%. Na capital inglesa, um gigantesco “bebê Trump”, de topete louro e tudo, guarda o presidente que separou milhares de crianças de seus pais imigrantes.

ANTONIO PIMENTA

Coreia do Sul suspende exercício militar que faria junto com os EUA em agosto

O governo da Coreia do Sul anunciou, na terça-feira (10), a sua decisão de “suspender temporariamente” os exercícios militares organizados anualmente com a supervisão dos EUA e ocasional participação do Japão. De acordo com o governo coreano, a medida busca facilitar o processo de diálogo e o ambiente pacífico estabelecido desde a cúpula entre o líder da Coreia Popular, Kim Jong Un, e o presidente americano, Donald Trump.

O anúncio foi feito pelos ministros da Segurança e da Defesa da Coreia do Sul por

meio de um informe à imprensa, na última terça-feira (10). As manobras, chamadas de “Exercícios Ulchi” pelos coreanos do sul, ou de “Guardião da Liberdade” pelos EUA, geralmente ocorrem em agosto.

Durante os exercícios organizados nos anos anteriores, a população da Coreia do Sul vivia dias de intensa histeria, sendo comum ouvir nas ruas do país sirenes simulando ataques aéreos, obrigando os motoristas a pararem seus carros em qualquer lugar nas ruas, para com os demais pedestres, buscar abrigo em prédios e estações de metrô.

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (16)

A vitória contra o nazismo foi a base da influência, depois da II Guerra, da “ética revolucionária” nos países capitalistas centrais

CARLOS LOPES

É inútil procurar o desenvolvimento de uma ética – ou de uma filosofia – nela própria. Uma demonstração prática de tal inutilidade é a influência do marxismo – portanto, da ética revolucionária – após a II Guerra Mundial.

Essa influência existiria sem a importância que a URSS conquistou na luta contra o nazismo?

Certamente, não se poderia falar dessa influência, se o nazismo vencesse a guerra. Mas, além disso, seria possível essa influência, no ocidente, sem que a URSS fosse o destacamento decisivo – e o território decisivo – na luta contra o nazismo?

Antes que o leitor nos pergunte: a que influência estamos nos referindo?

Aquela que fez Jean-Paul Sartre escrever, no final da década de 50 do século passado:

“... considero o marxismo como a insuperável filosofia de nosso tempo” (cf. Sartre, **Questões de Método**, in **Crítica da Razão Dialética**, trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira, DP&A, 2002, p. 14).

Ou, mais adiante, no mesmo texto: “Com frequência, tenho observado o seguinte: um argumento ‘antimarxista’ não passa do rejuvenescimento aparente de uma ideia pré-marxista. Uma pretensa ‘superação’ do marxismo limitar-se-á, na pior das hipóteses, a um retorno ao pré-marxismo e, na melhor, à redescoberta de um pensamento já contido na filosofia que se acreditou superar. Quanto ao ‘revisãoismo’, trata-se de um truismo ou de um absurdo: não há motivo para readaptar uma filosofia viva ao curso do mundo; por si mesma, ela opera tal adaptação através de mil iniciativas, mil pesquisas particulares, porque está intimamente ligada ao movimento da sociedade” (idem, p. 21).

Este é o mesmo pensador que, antes da II Guerra, nem mesmo considerava que a história existia. Aliás, não é o mesmo pensador.

Sob a influência de Heidegger – convertido ao nazismo desde a subida de Hitler ao poder – Sartre tentara uma suposta terceira via filosófica, cujo principal traço era se contrapor ao marxismo, que, na época, conquistava uma parte da intelectualidade francesa, inclusive seu amigo Georges Politzer:

“[Simone de] Beauvoir recorda uma discussão acirrada no Café Balzar entre Sartre e seu amigo filósofo Georges Politzer. Judeu húngaro que emigrara para a França aos 18 anos, Politzer era muito mais consciente politicamente que Sartre. Mostrava que Sartre era em tudo um produto da burguesia francesa. Sartre dizia que aquilo era um absurdo. Desprezava a burguesia. Um intelectual podia transcender ideologias de classe e ele mesmo fizera isso. Sua simpatia ia para a classe trabalhadora. Sentia-se mais confortável no meio do povo. Politzer discordava. ‘A cabeleira ruiva de Politzer brilhava como fogo, e dele saía uma torrente de palavras’, diz Beauvoir, ‘mas ele não convenceu Sartre’” (Hazel Rowley, **Tête-à-tête: Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre**, trad. Adalgisa Campos da Silva, Objetiva, 2011).

Politzer, membro da Resistência, seria assassinado pelos nazistas durante a ocupação da França. Foi, também, a ocupação nazista que colocou a posição de Sartre, um beco sem saída, em crise.

O próprio Sartre iria reconhecer-lo em **“Os Caminhos da Liberdade”**, trilogia de romances, sobretudo no primeiro deles, **“A Idade da Razão”**, de 1945, que transcorre, ainda, no pré-guerra.

INFLUÊNCIA

A vitória contra o nazismo foi a base da influência, depois da II Guerra, da “ética revolucionária” nos países capitalistas centrais.

O exemplo de Sartre, independente das trilhas que ele, depois,



seguiu, é característico.

Existem, também, exemplos no sentido oposto – que levam à mesma conclusão pelo seu conteúdo negativo.

Durante um congresso do PT, um de seus principais dirigentes – inclusive, presidente da Câmara dos Deputados – ao enumerar os méritos históricos de seu partido, colocou em primeiro lugar “a crítica ao socialismo real”, ou seja, o ataque à URSS, que, na época, nem existia mais (esse congresso foi já no governo Lula, em meio à crise conhecida como “mensalão”).

A intervenção do deputado não era surpreendente, pois é público que o PT reuniu uma pléiade de anticomunistas que era de amargar – a começar pelo seu principal líder, egresso do peleguismo anticomunista e antinacionalista com que a ditadura quis substituir os sindicalistas perseguidos desde 1964.

O formidável (em mais de uma acepção da palavra) é que mesmo alguns anos depois da queda da URSS, esta ainda era a preocupação principal de um dirigente do PT – para atacá-la.

A derrocada ética da cúpula petista, que ainda se arrasta no momento, não é estranha a esse anticomunismo, que se revelou como rejeição da ética revolucionária, desde o início – mas aqui, é forçoso concluir, essa derrocada também foi uma rejeição da ética cristã, o outro referencial, no campo moral, que restou nos países capitalistas centrais, dos quais o PT é uma espécie de espelho subdesenvolvido, após a II Guerra.

Que essa derrocada ética tenha sido coberta, também desde o início, de proclamações supostamente “de esquerda”, não tem a menor importância – exceto para os tolos.

Mas, vejamos somente mais um pouco a base da influência ética da URSS – que, se antes da II Guerra era grande e crescente, tornou-se imensa depois desse devastador conflito.

Não era para menos. Olhemos a Larousse, verbete “Segunda Guerra mundial”:

“A Alemanha”, diz essa enciclopédia, “perdeu 4,4 milhões de militares (incluindo os austríacos), 3,5 milhões dos quais na frente russa”.

Se faltasse ainda alguma prova de onde o nazismo foi decisivamente derrotado, bastariam esses números.

É verdade que essas provas não faltam nem jamais faltaram. Como escreveu nosso maior poeta do século XX:

“Stalingrado, miserável monte de escombros, entretanto resplandecente!
As belas cidades do mundo contemplam-te em pasmo e silêncio.
Debeis em face do teu pavoroso poder,
mesquinhas no seu esplendor de mármore salvos e rios não profanados,
as pobres e prudentes cidades,
outrora gloriosas, entregues sem luta,
aprendem contigo o gesto de fogo.
Também elas podem esperar.
“Stalingrado, quantas esperanças!
Que flores, que cristais e músicas o teu nome nos derrama!
Que felicidade brota de tuas casas!
De umas apenas resta a escada cheia de corpos;
de outras o cano de gás, a torneira, uma bacia de criança.
Não há mais livros para ler nem teatros funcionando nem trabalho nas fábricas,
todos morreram, estropiaram-



A mãe guerrilheira (quadro de Serguei Gerasimov, óleo sobre tela, 1943, Galeria Tretyakov, Moscou)

se, os últimos defendem pedaços negros de parede,

mas a vida em ti é prodigiosa e pulula como insetos ao sol,

ó minha louca Stalingrado!”

(Carlos Drummond de Andrade, **Carta a Stalingrado**)

LUTA

Há uma debilidade – e uma debilidade fundamental – nas análises de Perry Anderson, seguidas em muito por Ciro Flamarion Cardoso, sobre o “reco” do marxismo no ocidente, sobretudo na França, mas também na Itália.

Como ambos engolem, sem maiores questionamentos, o ataque contrarrevolucionário de Kruschév a Stalin (é inútil procurar o que esses autores querem dizer com “stalinismo”, embora a conotação seja sempre ruim), esse “reco” do marxismo parece sem explicação, mais ou menos como uma tendência espontânea (eles, é claro, não dizem isso, mas na medida em que o “reco” a que se referem não é explicado historicamente, sua análise apresenta um flanco perigosamente exposto).

Notemos que o ataque à URSS – isto é, ao período de construção do socialismo e da vitória sobre o nazismo, condensado historicamente na figura de Stalin – foi, exatamente, no campo ético, no campo moral. Precisamente no campo em que, de maneira mais evidente, a URSS e o marxismo tinham demonstrado, sobretudo na II Guerra – mas não apenas – sua superioridade, eles foram atacados (e pelas costas, ou seja, por dentro do próprio PCUS).

Anderson tem razão ao mostrar que não era difícil ao marxismo vencer a luta ideológica contra o estruturalismo, no início dos anos 60.

Apenas, essa luta não foi travada – exceto em trabalhos secundários, que estão longe de atingir a mosca do alvo (v., por exemplo, o livro de Caio Prado Júnior, **Estruturalismo de Levi-Strauss – Marxismo de Louis Althusser**, Brasiliense, 1971).

Então, a questão é: por que essa luta não foi travada?

Anderson acaba por dar uma resposta no campo puramente teórico – atribuindo o sucesso do estruturalismo entre a intelectualidade, no início da década de 60, a uma brecha teórica que Marx teria deixado aberta.

Literalmente:

“Podemos ver isso imediatamente ao refletirmos sobre a permanente oscilação, a potencial disjunção nos próprios textos de Marx entre sua atribuição do papel de motor primário da transformação histórica à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, de um lado – pense-se na famosa ‘Introdução’ de 1859 à **Contribuição à Crítica da Economia Política** –, e, de

outro, à luta de classes – pense-se no **Manifesto Comunista**” (P. Anderson, op. cit., p. 39).

Aqui, Anderson revela as limitações de seu marxismo – ou seja, aquilo em seu pensamento que nada tem de marxista.

Marx era um pensador demasiado rigoroso para não ter percebido essa brecha, se ela existisse. Porque trata-se, nada mais nada menos que do “motor” da mudança histórica, vale dizer, da revolução. Exatamente o lugar da teoria que Marx não poderia deixar a descoberto, sem uma definição precisa, sob pena de invalidar toda a teoria da revolução e da história. Tudo o que se chama “materialismo histórico” depende dessa definição.

Então, examinemos essa questão. O pressuposto, a premissa, para que exista a luta de classes é, evidentemente, a existência de classes na sociedade.

Mas o que determina a existência de classes na sociedade – e, portanto, da luta de classes?

As relações sociais de produção, a associação – determinados modos de associação – entre os seres humanos, para produzir, para sobreviver através da produção de meios de vida.

O que define, enquanto classe, a burguesia – ou a classe operária – é sua posição nas relações de produção, a primeira como proprietária dos meios de produção, a segunda como possuidora, no que concerne à produção, somente de sua força de trabalho.

Logo, a luta de classes, e, mais, a agudização da luta de classes – sem a qual não há transformação histórica, não há revolução – é uma expressão do conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção.

No próprio prefácio da **Contribuição à Crítica da Economia Política**, citado por Anderson, isso está claro (abaixo, dividiremos o texto de Marx em vários parágrafos, para facilitar o entendimento dos leitores mais jovens):

“... na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.

“A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.

“O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

“Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produ-

vas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então.

“De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social.

“A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura.

“Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.

“Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.”

A luta de classes, é claro no texto de Marx, pertence ao nível da superestrutura (como é dito no **Manifesto Comunista**: “*toda luta de classes é uma luta política*”, ou seja, uma luta pelo Estado).

O conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção pertence à infraestrutura, à base econômica.

Por isso, Marx não “oscilou” entre atribuir o motor da história à “contradição entre as forças produtivas e as relações de produção” ou à “luta de classes”.

A questão é, propriamente, que uma é a base da outra. Daí o termo “**materialismo histórico**” – ou seja, a conclusão científica de que a história, constituída pela luta de classes, tem uma base **material**, constituída pelas forças produtivas e relações de produção.

Existente uma diferença de 11 anos entre o **Manifesto Comunista** (1848) e a **Contribuição à Crítica da Economia Política** (1859). Apesar disso, já na primeira dessas obras, a luta de classes está diretamente relacionada com a modificação das relações de propriedade:

“As proposições teóricas dos comunistas não repousam de modo nenhum em ideias, em princípios, que foram inventados ou descobertos por este ou por aquele melhorador do mundo.

“São apenas expressões gerais

de relações efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se processa diante dos nossos olhos. A abolição de relações de propriedade até aqui não é nada de peculiarmente característico do comunismo.

“Todas as relações de propriedade estiveram submetidas a uma constante mudança histórica, a uma constante transformação histórica.”

PERSISTÊNCIA

Então, se é assim, por que Anderson atribui uma “oscilação” teórica a Marx e aos marxistas, que seria responsável (“no primeiro momento”, diz ele) pela “vitória” do estruturalismo sobre o marxismo, no início da década de 60?

Porque seu problema aqui – ainda que inconsciente – é agarrar-se de algum modo ao anti-stalinismo, característico de certa “esquerda”, anti-stalinismo que não passa de anticomunismo ou anti-marxismo.

Hoje, após a queda da URSS, é mais fácil de perceber o que significou o ataque a Stalin – na verdade, um ataque ao marxismo. Até mesmo um neo-hegeliano na tradição de Benedetto Croce, como Domenico Losurdo, escreveu um livro interessante sobre Stalin e o anti-stalinismo (v. **Stalin: Storia e crítica di una legenda nera**, Carocci, 2008; para os leitores interessados nesse tema decisivo da História, recomendamos: Claudio Campos, **A História Continua**, 1ª ed., 1992, 2ª ed., Fundação Instituto Claudio Campos, 2015; e, também, Ludo Martens, **Un Autre Regard Sur Staline**, EPO, 1994).

Porém, Anderson, quando escreveu seu livro, não superara o esmagamento ideológico que acometeu a alguns após o XX Congresso do PCUS. E, para dizer a verdade, é pouco provável que o supere.

Contraditoriamente, isso não impediu que sua análise trouxesse, ainda que dentro de estritos limites, uma contribuição a aspectos importantes dessa discussão.

É o caso, por exemplo, de sua abordagem do próprio conteúdo do estruturalismo.

LINGUAGEM

O estruturalismo de Lévi-Strauss, que invadiu os cadernos culturais dos jornais e as cátedras de “humanas” das universidades no início da década de 60, é uma transposição para a antropologia, e depois para a economia, da teoria linguística de Ferdinand de Saussure – passando por cima das advertências deste, que alertara **contra** essas transposições.

Na teoria linguística de Saussure, o “fator mediador”, que leva a “mensagem”, são, evidentemente, as palavras.

Continua na página 6